

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**UM PATRIMÔNIO “ADORMECIDO”: A CULTURA
MATERIAL ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NOS
LUGARES DE MEMÓRIA DO VALE DO TAQUARI/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Patrícia Schneider

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

UM PATRIMÔNIO “ADORMECIDO”: A CULTURA
MATERIAL ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NOS
LUGARES DE MEMÓRIA DO VALE DO TAQUARI/RS

Patrícia Schneider

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação
Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Cultura
Material e Patrimônio, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

Orientador Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

Santa Maria, RS, Brasil
2010

S276p

Schneider, Patrícia

Um patrimônio “adormecido” : a cultura material arqueológica pré-colonial nos lugares de memória do Vale do Taquari-RS / por Patrícia Schneider. – 2010. 116 f. ; il. ; 30 cm.

Orientador: Saul Eduardo Seiguer Milder.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante, em Patrimônio Cultural, RS, 2010.

1. Arqueologia 2. Acervo arqueológico 3. Lugares de memória
4. Patrimônio cultural 5. Vale do Taquari/RS I. Milder, Saul Eduardo Seiguer
II. Título III. Título: A cultura material arqueológica pré-colonial nos lugares de memória do Vale do Taquari/RS.

CDU 351.853

Ficha catalográfica elaborada por Denise Barbosa dos Santos – CRB 10/1456
Biblioteca Central UFSM

Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
Programas de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**UM PATRIMÔNIO “ADORMECIDO”: A CULTURA MATERIAL
ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NOS LUGARES DE MEMÓRIA
DO VALE DO TAQUARI/RS**

elaborada por
Patrícia Schneider

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr.
(Presidente/Orientador)

Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)

Neli Teresinha Galarce Machado, Dra. (UNIVATES)

Santa Maria, 17 de dezembro de 2010.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço, a minha família, meus pais Valberto e Loiva e minha irmã Paula, por entenderem e apoiarem minhas escolhas e principalmente por serem minha base para tudo.

Agradeço com imenso carinho ao Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder, por aceitar orientar este trabalho e me permitir a liberdade criativa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, por repartirem conosco seu conhecimento.

Aos amigos e colegas pelas conversas e trocas de experiências. Em especial a equipe do Setor de Arqueologia da Univates e do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, na pessoa da Dr^a. Neli T. G. Machado, minha primeira orientadora, que incentivou o continuar da caminhada acadêmica.

Não poderia deixar de citar os colegas de mestrado, turma 2009, que se tornaram amigos especiais nesta jornada. Agradeço, pelas caronas, hospedagens, conversas e companheirismo, vocês serão sempre uma boa lembrança nesta busca pelo conhecimento.

Ao Jones, por estar sempre presente...e ser essencial na minha vida.

A subjetividade humana por proporcionar um mundo múltiplo e a permanência de patrimônios distintos.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

UM PATRIMÔNIO “ADORMECIDO”: A CULTURA MATERIAL ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NOS LUGARES DE MEMÓRIA DO VALE DO TAQUARI/RS

AUTORA: PATRÍCIA SCHNEIDER

ORIENTADOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de dezembro de 2010.

O presente trabalho trata da valorização do patrimônio arqueológico pré-colonial, lotado nas instituições de preservação, guarda e exposição de três municípios da região do Vale do Taquari/RS. Os três municípios selecionados para pesquisa são Arvorezinha, Lajeado e Taquari e as instituições respectivamente são Museu Municipal de Arvorezinha; Museu Histórico Bruno Born; Casa Costa e Silva. O objetivo principal da pesquisa é diagnosticar o espaço e tratamento dispensado a cultura material pré-colonial nestes lugares de memória e verificar se recebem um tratamento diferenciado em relação aos materiais históricos. O trabalho foi realizado por meio de levantamento de dados em pesquisa de campo com preenchimento de uma Ficha Diagnóstico previamente elaborada. O resultado a que se chegou é que nas instituições pesquisadas o material encontra-se desprestigiado em contraponto aos materiais históricos, não estando devidamente contextualizado, sendo visto como objetos de curiosidade, excentricidade sem relação com a comunidade que os expõe.

Palavras-chave: acervo arqueológico; lugares de memória; patrimônio.

ABSTRACT

Master Thesis
Graduate Program Professional in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

AN “ASLEEP” HERITAGE: PRE-COLONIAL ARCHAEOLOGICAL MATERIAL CULTURE IN THE PLACES OF REMEMBRANCE OF VALE DO TAQUARI/RS

AUTHOR: PATRÍCIA SCHNEIDER

ADVISOR: SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER

Date and place of the Master Thesis Defense: December, 17th, 2010.

This study handles over the appreciation of the pre-colonial archaeological heritage, placed in institutions of preservation, guard and exposition of three towns in Vale do Taquari/RS region. The three selected towns are Arvorezinha, Lajeado e Taquari and the institutions are, respectively, the Museu Municipal de Arvorezinha; Museu Histórico Bruno Born; Casa Costa e Silva. The main purpose of the present research is to diagnose the space and the treatment dispensed to pre-colonial material culture in these places of remembrance and to verify if they receive a different treatment in relation to historical materials. The study was accomplished through data collection, based on field research method, with the filling out of a diagnosis form, previously elaborated. The result achieved suggests that, in the institutions researched, the archaeological materials are discredited, in opposition to the historical ones, and they aren't correctly contextualized, being observed as curious and eccentric objects, without any relation to the local community.

Key Words: archaeological collections; places of remembrance; heritage

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Mapa de localização dos três municípios com instituições selecionadas como objeto de estudo para esse trabalho.....	18
Imagem 02 - Localização do Estado do Rio Grande do Sul e região geopolítica Vale do Taquari.....	23
Imagem 03 - Mapa com a distribuição de sítios arqueológicos pré-históricos na região do Vale do Taquari/RS.....	33
Imagem 04 - Museu particular de Francesco Calceolari, em Verona, Itália, 1622.....	48
Imagem 05 - Museu particular do naturalista Ferrante Imperato, em Nápoles, 1599.	48
Imagem 06 - Fachada do Centro Cultural, onde será localizado o Museu Histórico Municipal de Arvorezinha, 2010.	70
Imagem 07 - Sala onde se encontra depositado o acervo do Museu Histórico Municipal de Arvorezinha. Em detalhe localização do material arqueológico, 2010.....	71
Imagem 08 - Visualização do espaço, onde se encontra o material arqueológico, juntamente com o restante do acervo do Museu Histórico Municipal de Arvorezinha, 2010.....	71
Imagem 09 - Detalhe do acervo pré-colonial do acervo do Museu Histórico Municipal de Arvorezinha, 2010.....	72
Imagem 10 - Fachada do Museu Histórico Municipal Bruno Born de Lajeado/RS.....	77
Imagem 11 - Sala onde encontra-se o acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.	77
Imagem 12 - Expositor onde encontra-se o acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.	78
Imagem 13 - Visualização aproximada do material cerâmico do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.....	78

Imagem 14 - Visualização aproximada do material lítico do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.....	79
Imagem 15 - Detalhe da legenda explicativa que esta junto ao material lítico do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.....	79
Imagem 16 - Visualização da localização da vasilha de cerâmica do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.....	80
Imagem 17 - Visualização aproximada da vasilha de cerâmica do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS, identificada como “Urna Funerária”...	80
Imagem 18 - Fachada da Casa Costa e Silva de Taquari/RS, 2010.....	85
Imagem 19 - Visualização da Sala onde encontra-se o acervo pré-colonial da Casa Costa e Silva de Taquari/RS. Em destaque localização do material arqueológico, 2010...	86
Imagem 20 - Expositor onde encontra-se o acervo pré- colonial da Casa Costa e Silva de Taquari/RS, 2010.....	86
Imagem 21 - Detalhe do material cerâmico e lítico do acervo pré- colonial da Casa Costa e Silva de Taquari/RS, 2010.....	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Relação dos municípios e ano das emancipações. Fonte: Adaptado de STRASSBURGER, Adriano D. A área geográfica dos municípios no Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n. 1, p.85-102, 1998. p. 90 e BDR – Banco de Dados Regional Vale do Taquari. Disponível em: http://www.univates.br/files/files/univates//bdr/Perfil_VT_04_ABR_2009.pdf. Acesso em: 16 maio 2009..... 24

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Diagnóstico de espaço dos museus municipais.....	115
---------------------------------------------------------------	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS E A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE REGIONAL.....	22
1.1 A configuração atual do Vale do Taquari/RS.....	22
1.2 Ocupação pré-histórica.....	29
1.3 A imigração no período histórico.....	34
1.3.1 Açorianos e presença Africana.....	34
1.3.2 Alemães e Italianos	38
2. MUSEUS, LUGARES DE MEMÓRIA E ESPAÇOS DE PRESERVAÇÃO.....	45
2.1 História dos museus.....	45
2.2 Histórico dos museus no mundo e no Brasil	49
2.3 Os museus, o patrimônio arqueológico e as políticas culturais.....	52
2.4 A Arqueologia enquanto ciência e sua inserção na legislação mundial e nacional.....	60
2.5 Cultura material pré-colonial enquanto patrimônio na contemporaneidade.....	64
3. A CULTURA MATERIAL PRÉ-COLONIAL EM MUSEUS MUNICIPAIS DO VALE DO TAQUARI/RS: TRÊS LOCAIS DE ESTUDO.....	67
3.1 Museu de Arvorezinha: Museu Municipal de Arvorezinha.....	67
3.1.1 Diagnóstico do espaço e acervo.....	68
3.2 Museu de Lajeado: Museu Histórico Bruno Born.....	72
3.2.1 Diagnóstico do espaço e acervo.....	74
3.3 Museu de Taquari: Casa Costa e Silva.....	81
3.3.1 Diagnóstico do espaço e acervo.....	83
4. CULTURA MATERIAL PRÉ-COLONIAL E OS GRUPOS HUMANOS DO PRESENTE, PATRIMÔNIO PARA QUEM?.....	88
4.1 Analisando os três locais de estudo.....	88
4.2 Patrimônio arqueológico pré-colonial do presente para o futuro.....	91
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
Legislação.....	105
Legislação em meio eletrônico:.....	105
Documentos.....	106
Bibliografia:.....	107
Textos online.....	111
Fonte imagens:.....	113
Mensagens pessoais (e-mail).....	113
Sites:.....	113
Apêndice.....	114

INTRODUÇÃO

O estudo visa apresentar e discutir o tratamento dispensado a cultura material pré-colonial nos três museus municipais selecionados para esse trabalho na região do Vale do Taquari/RS.

O interesse em escrever sobre esse tema surgiu durante as diversas visitas realizadas aos municípios do Vale do Taquari/RS, quando da época de Bolsista de Iniciação Científica, no Projeto de Arqueologia coordenado pela Prof^a Dr^a Neli T. G. Machado, no Centro Universitário Univates. A atuação como bolsista ocorreu no período de 2002 a 2007.

Durante as visitas às instituições municipais de preservação do patrimônio local e regional, algumas situações eram diagnosticadas. Em alguns casos, quando os responsáveis por esses locais eram questionados quanto a presença de materiais arqueológicos, respondiam não possuir no acervo da instituição este tipo de material, o que era refutado, quando se andava pelos espaços da instituição e se encontrava alguns exemplares. Essa resposta demonstra o desconhecimento quanto não só ao acervo que possuem, mas também quanto a pré-história regional.

Outra situação em resposta a mesma pergunta, era ser direcionado ao um pequeno espaço, escondido entre diversos materiais históricos, com a colocação de que se possuía sim esse tipo de material e que estava ali, “no cantinho”. Além de se encontrar situações inusitadas como pintar o material pré-colonial para embelezá-los, como que permitindo que esses materiais pudessem ser equiparados a cultura material histórica, essa sim considerada importante.

Comum em todas instituições visitadas foi a falta de informações adequadas expostas sobre os materiais. As peças continham somente dados do doador, ano de doação e estavam identificadas genericamente como pertencentes a grupos indígenas que se localizavam no território do então município no passado. Ao que parece mais importante que

a peça em si era o nome do doador.

Desse modo, analisar o espaço destinado a cultura material arqueológica pré-colonial nos lugares de memória¹ dos municípios do Vale do Taquari/RS tenta entender qual a relação desses materiais com a comunidade contemporânea, que os expõe nas instituições públicas e privadas, além de questionar qual o laço de identidade, se é que existe, com essa cultura pretérita regional.

A hipótese levantada é que a cultura material arqueológica pré-colonial é vista como objetos de curiosidade, excentricidade, sendo colocada em espaços secundários nos lugares de memória dos municípios do Vale do Taquari/RS, pois a comunidade não as relaciona como parte de sua história.

O que se pretende é fazer um levantamento sobre a cultura material arqueológica pré-colonial sob guarda dos lugares de memória de três municípios selecionados no Vale do Taquari/RS. Identificando os espaços destinados a cultura material arqueológica pré-colonial nesses lugares de memória para se verificar por meio do diagnóstico de espaço a relação entre a comunidade local e a cultura material arqueológica pré-colonial, entendida como importante patrimônio regional. No caso específico dos três locais de estudo selecionados identificar seu perfil e historicizar sua trajetória.

O material arqueológico encontrado, principalmente nas propriedades rurais dos municípios que politicamente compõe o Vale do Taquari/RS², normalmente são entregues as prefeituras e/ou quando já possuem aos “museus” municipais, para que estes dispensem a eles o tratamento adequado de preservação. Os museus municipais são, espaços de guarda de objetos dos mais variados tipos e referentes as mais diversas temáticas. Segundo o Estatuto de Museus, (Lei nº 11.904/2009), os museus são ou deveriam ser instituições sem fins lucrativos, com o fim de conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor, visando a preservação, o estudo, a pesquisa e a educação das coleções de valor histórico, artístico, científico ou de qualquer outra natureza cultural. Mas mesmo cumprindo todas essas exigências de nada adianta se não estiverem abertas ao público, servindo a sociedade e seu desenvolvimento,

¹ A expressão “Lugares de Memória”, foi criada em 1993, por Pierre Nora, maior detalhamento ao longo do texto. Fonte: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.p.7-28.

² Definição de Vale do Taquari, BDR, 2009.

político, social, cultural e até econômico.

Porém, os “museus” encontrados nos municípios do Vale do Taquari nem sempre cumprem estas funções, deste modo será necessário identificar o perfil destes locais e defini-los enquanto museus, casas de cultura, salas de exposição, lugares de memória etc.

A cultura material pré-colonial, em uma primeira análise, recebe nos “museus” municipais espaços, as vezes de destaque, outras de abandono, mas dificilmente ultrapassa a importância dos primeiros imigrantes ou personalidades consideradas históricas do município.

Ao se falar de memória, história, cultura e patrimônio, muitas vezes a primeira instituição que vem a mente das pessoas são os museus, e mais comumente ainda é associar o “museu” ao lugar onde se guardam e/ou deixam as “coisas” velhas, onde o passado é imortalizado. Há diferentes lugares de memória, como Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação, todos com finalidades diferentes, mas visando a preservação e valorização dos testemunhos do passado, seja tridimensional, documental ou iconográfico, no entanto para este trabalho a instituição de interesse são os “Museus” (PAES, 1986).

Abordando a temática dos lugares de memória não se pode deixar de conceituar “cultura”, pois, estas instituições são vistas como os locais detentores e preservadores da cultura. A cultura é ampla e subjetiva e não se pode entendê-la somente pelo viés da produção artística, científica, intelectual, mas sim, englobar todo o conjunto de manifestações humanas, por meio das quais o homem ultrapassa sua condição natural e significa sua existência e seus atos. Através da cultura constitui laços de identidade, patrimônios e heranças, que permitem a ele e a comunidade onde esta inserido fazer história e situar-se nela (GARCIA, 2002).

Canclini (1994), também defini a cultura como sendo mutável e dinâmica. São as ações por meio das quais os povos expressam suas formas específicas de ser, que vão se alterando ao longo do tempo. Sendo a cultura transmitida de geração para geração ela se cria e recria levando em consideração o legado do passado e aceitando novos elementos.

Sendo assim, a cultura material arqueológica pré-colonial, frequentemente presente nas instituições museais, pode ser entendida como manifestação e prova da existência de grupos humanos que habitavam a região do Vale do Taquari e também como objetos que definem a identidade dos imigrantes, que posteriormente chegaram a mesma região, na

medida em que ao não se identificarem com este material estão se definindo enquanto grupo. A cultura material arqueológica pré-colonial é uma herança dos grupos “antigos”, uma herança encontrada nas terras que serão cultivadas por estes imigrantes, que demonstra que o pedaço de chão ocupado por eles tem uma história muito mais antiga que a sua.

A história da terra e dos indivíduos esta alicerçada pela memória, que segundo Bosi (1997), é o centro das tradições e da cultura. Memória esta, que com o passar do tempo e das acumulações, passa a ser também o centro da História. Porém, não se pode esquecer que a memória é seletiva. Pode-se também dizer que os conceitos de memória e identidade estão interligados, pois a memória se constitui em um dos fatores de identificação humana. A identidade cultural define o que cada indivíduo é, e o que os diferencia uns dos outros. Assim, pode-se dizer, que a identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente. Por meio delas o indivíduo sabe de onde vem, conhece suas raízes e distingue o que os une e o que os divide (BATISTA, 2005).

Neves (2000, p.112) identifica “os lugares da memória”, como fundamentais na função de amparar a identidade coletiva impedindo que o presente siga em direção ao futuro, sem um elo com o passado.

No âmbito dos museus onde os objetos em sua maioria são de suporte tridimensional, o elo com o passado, a relação de identidades e a evocação das memórias é feita a partir desses objetos/documentos.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, os documentos em foco serão a cultura material pré-colonial, fonte de estudo da Arqueologia, a qual cabe a descoberta dos vestígios materiais da presença do homem, isto é, dos artefatos, dos objetos com os quais o homem se relacionou ou usou, e do contexto de deposição onde fez uso destes, além ainda da análise, a interpretação e a sua divulgação (DODEBEI, 2000).

Pode-se então considerar como documento da arqueologia os materiais líticos, objetos feitos de pedra, de variadas matérias-primas; a cerâmica, feita através da transformação da argila; os vestígios zooarqueológicos, ossos, conchas, usados tanto para alimentação quanto para produção de diversos artefatos; a área de habitação, objetos de madeira, palha, peles de animais, arte rupestre etc.

Todos esses objetos e espaços podem ser considerados documentos, pois,

documento é algo material, e seu valor está justamente em seu papel de testemunho, como algo com capacidade de provar a existência de alguém ou de um acontecimento social. Os documentos não são só, os textos criados com a finalidade de prova, mas contemplam uma gama variada de possibilidades como os monumentos naturais, cidades, florestas, animais, a música, a pintura, a escultura, a fotografia e a imagem cinematográfica, podem ser documentos e fazer parte do patrimônio cultural da humanidade, se assim a subjetividade humana decidir (DODEBEI, 2000).

Outro ponto a ser considerado é o fato de que, se este patrimônio pertence a toda sociedade e não só, aquele que o “praticou” ou “produziu”, então todos os indivíduos deveriam ter acesso a esse patrimônio.

Conforme Geremek apud Bellotto (2002, p.172) “A identidade cultural é um direito do homem e este direito só pode ser assegurado pela história e pela memória”. Deve-se levar em conta o que o público que se pretende atingir quer ver, e com o que este público se identifica e consegue fazer relações.

Após todas estas considerações espera-se que se consiga ver que, o museu, lugar de memória mais conhecido da população é espaço de elo entre o homem e o real. Cada vez mais são possíveis novas formas de museus, mas o fundamental é que todos nascem para atender as necessidades sociais e só tem sentido se assim for. Essa alteração só foi possível com a reflexão desencadeada com sua longa trajetória, onde se incorporou as noções de identidade, territorialidade e se tirou o foco dos objetos transferindo-o para a comunidade (BELLAIGUE, 1992).

Surge uma nova visão para o tratamento que se dá aos lugares de memória, desprendendo-se de velhos conceitos e generalizações, indo em busca do princípio básico a que se destinam estes locais, a função social.

Como se pode perceber, mesmo não se falando diretamente do desenvolvimento das comunidades, parece estar implícito que este não será possível se a comunidade não tiver uma cultura, um patrimônio cultural com a qual se identifique, que possa através dele ter um elo com o passado e também com o contexto que a cerca no presente. Os espaços de memória seriam o mecanismo capaz de criar e manter esta identificação, visando principalmente o auto-conhecimento e o desenvolvimento pessoal, que em uma reação em cadeia propiciaria o

desenvolvimento comunitário regional.

Para o desenvolvimento deste trabalho será feito levantamento bibliográfico que trate de arqueologia e cultura material, museus, patrimônio, memória e identidade.

Como estudo de caso será feita pesquisa de campo nos seguintes Lugares de Memória do Vale do Taquari/RS: Museu do município de Arvorezinha - Museu Municipal de Arvorezinha; Museu do município de Lajeado - Museu histórico Bruno Born; Museu do município de Taquari - Casa Costa e Silva.

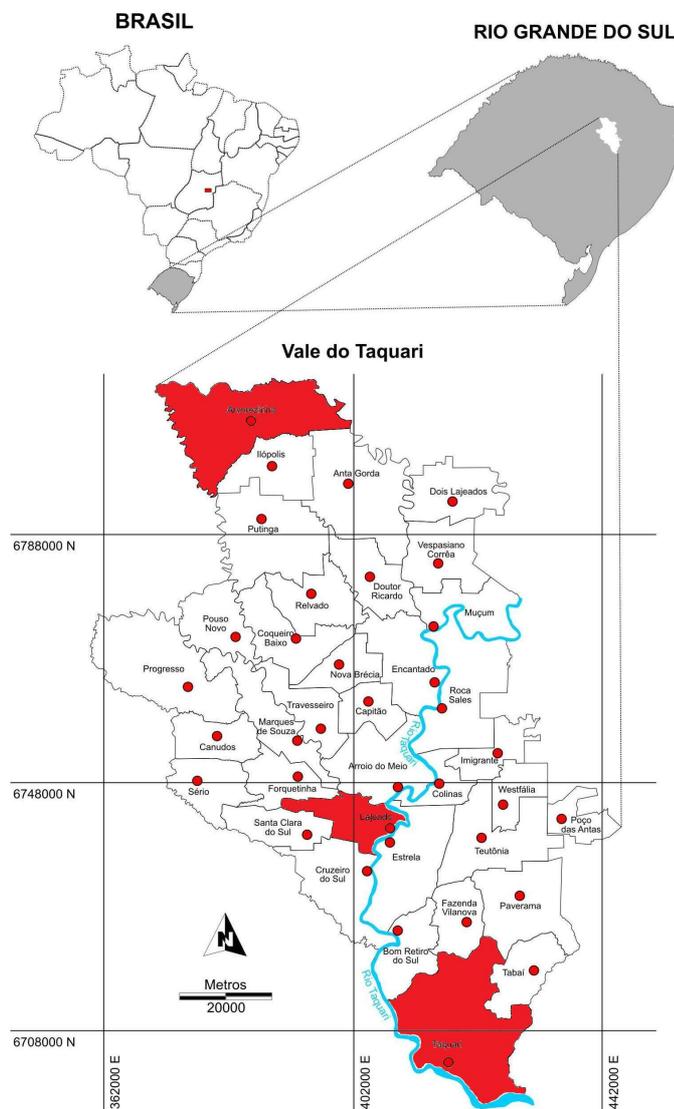


Imagem 01 – Mapa de localização dos três municípios com instituições selecionadas como objeto de estudo para esse trabalho

Fonte: Adaptado de Eckerdt, 2005, p.23. 01 Imag. Color.; 1640x2564.

A seleção dos lugares de memória a serem analisados foi feita por meio de critérios relacionados a ocupação humana da região do Vale do Taquari/RS, pois seguindo o proposto por Kreutz (2008, p.103), é possível identificar três áreas distintas de ocupação humana e marcadas geograficamente na região do Vale do Taquari/RS. “A primeira, a região de planalto, situada ao norte do Vale do Taquari/RS. A segunda, que abrange grande extensão territorial, a região intermediária e, por último, localizada ao sul, uma região baixa”.

Estas três áreas irão propiciar ocupações de grupos distintos tanto no período pré-histórico quanto histórico, conseqüentemente a cultura material produzida por eles será também diversa. Influenciada tanto pelo meio quanto pela cultura específica de cada grupo. São esses elementos que vão posteriormente compor o acervo dos “lugares de memória” municipais, recebendo por parte de seus organizadores tratamentos diferentes, principalmente devido a identificação com uma história específica. Será considerado também se o município possui algum espaço público de guarda de acervo histórico, se esse está legalmente constituído com pelo menos lei de criação e se no seu acervo possui material arqueológico pré-colonial.

Os três lugares de memória selecionados serão analisados por meio de diagnóstico³ detalhado do espaço, considerando entre outros pontos, inventário total do acervo, quantificação e detalhamento do material pré-colonial, o lugar que esses ocupam no espaço expositivo, as divisões do espaço para exposição entre outros. O diagnóstico será acompanhado do registro fotográfico dos espaços e do acervo.

O presente trabalho pode ser considerado o primeiro na área a ser desenvolvido na região do Vale do Taquari/RS. Os 36 (trinta e seis) municípios que compõem a região do Vale do Taquari/RS, possuem, seja uma casa de cultura, museu ou algum espaço destinado a guarda de material pré-colonial ou histórico, que façam referência ou sejam originários do respectivo município, no entanto em uma análise preliminar, pode-se considerar que o material pré-colonial não recebe um tratamento adequado, assim como os demais, vistos como objetos de curiosidade sem laços de identidade com a comunidade detentora do acervo.

Deste modo, o resultado a que se propõe, auxiliará os municípios em um tratamento mais adequado para com a cultura material pré-colonial da região e de cada espaço de

³ Em apêndice.

preservação visitado. Bem como retrocederá a história municipal para sua pré-história, dando o devido valor e identificação da comunidade com sua história e patrimônio regional.

Com essa pesquisa, espera-se contribuir para que a comunidade regional passe a valorizar o patrimônio arqueológico dos grupos pretéritos da região, e não apenas os materiais que representam a imigração européia. Que um novo olhar para com os materiais pré-históricos nos lugares de memórias regionais seja possível.

A pesquisa esta dividida em quatro capítulos. Sendo que no primeiro capítulo intitulado “O processo de ocupação da região do Vale do Taquari e a construção de sua identidade regional”, apresenta de forma sistematizada o longo processo de ocupação humana da região do Vale do Taquari/RS e as diferentes construção de sua identidade regional, influenciadas por esse processo. Aborda-se a ocupação pré-histórica, a imigração européia com açorianos, alemães e italianos, bem como a presença africana na região. Para compreensão do espaço do estudo, descreve-se a configuração atual do Vale do Taquari/RS, com sua divisão política.

No segundo capítulo entra-se na temática museológica, com breve histórico dessas instituições pelo mundo e pelo cenário nacional, visualizando-as sempre enquanto espaços de preservação da memória, individual e coletiva. Após essas colocações, faz-se a interação entre os museus, o patrimônio arqueológico e as políticas culturais e também a inserção da arqueologia na legislação tanto no Brasil quanto no mundo. Finalizando o segundo capítulo discute-se a cultura material pré-colonial enquanto patrimônio na contemporaneidade.

O terceiro capítulo, intitulado “O patrimônio regional e sua preservação, museus municipais do Vale do Taquari/RS: três locais de estudo”, apresenta resumidamente o histórico dos três municípios selecionados para o trabalho, Arvorezinha, Lajeado e Taquari, bem como, o histórico da instalação das instituições selecionadas para pesquisa, Museu Municipal de Arvorezinha, Museu histórico Bruno Born e Casa Costa e Silva respectivamente. Neste capítulo serão também apresentados os dados levantados por meio da ficha de diagnóstico de espaço e acervo a ser aplicada nas referidas instituições.

O quarto capítulo esta reservado para discussão dos dados levantados na pesquisa de campo. Com o título “Cultura material pré-colonial e os grupos humanos do presente, patrimônio para quem?”, pretende-se apresentar as principais diferenças e semelhanças

diagnosticadas nas instituições pesquisadas e verificar qual a relação da comunidade com a cultura material arqueológica pré-colonial nesses lugares de memória. A partir disso levantar o questionamento quanto a valorização do patrimônio material arqueológico pré-histórico e entender a importância desse acervo tanto para as comunidades do presente quanto do futuro e principalmente, entender o porque do descaso com esses materiais.

1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS E A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE REGIONAL

1.1 A configuração atual do Vale do Taquari/RS

A região denominada "Vale do Taquari", localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul. Distante, em média cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre, com 4.821,1 Km² de área (1,71 da área do estado) e 316.298 habitantes (2,99% do estado – IBGE Contagem da População 2007), a região situa-se às margens do rio Taquari e afluentes, com um total de 36 municípios (BDR, 2009).

Para o entendimento de região, usa-se o conceito trabalhado por Reichel (2006) em que este,

está originalmente relacionado à maneira como a geografia crítica o desenvolveu a partir dos anos 1950. Para ela, uma região se organiza a partir da relação que o homem estabelece com a natureza, principalmente através do seu trabalho, resultando dessa troca espaços geográficos, dotados de especificidades naturais, econômicas e humanas. (...) A história, destaca que as relações sociais, fundamentadas nas experiências vividas, nas idéias e nos sentimentos que os homens desenvolvem entre si, bem como a cultura por eles produzida, são igualmente importantes para configurar um espaço delimitado ou, em outras palavras, para definir uma região (REICHEL, 2006, p.44).

É nesta configuração na formação do contingente populacional da região do Vale do Taquari/RS e posteriormente influenciados pelas emancipações que constituem-se as identidades locais.

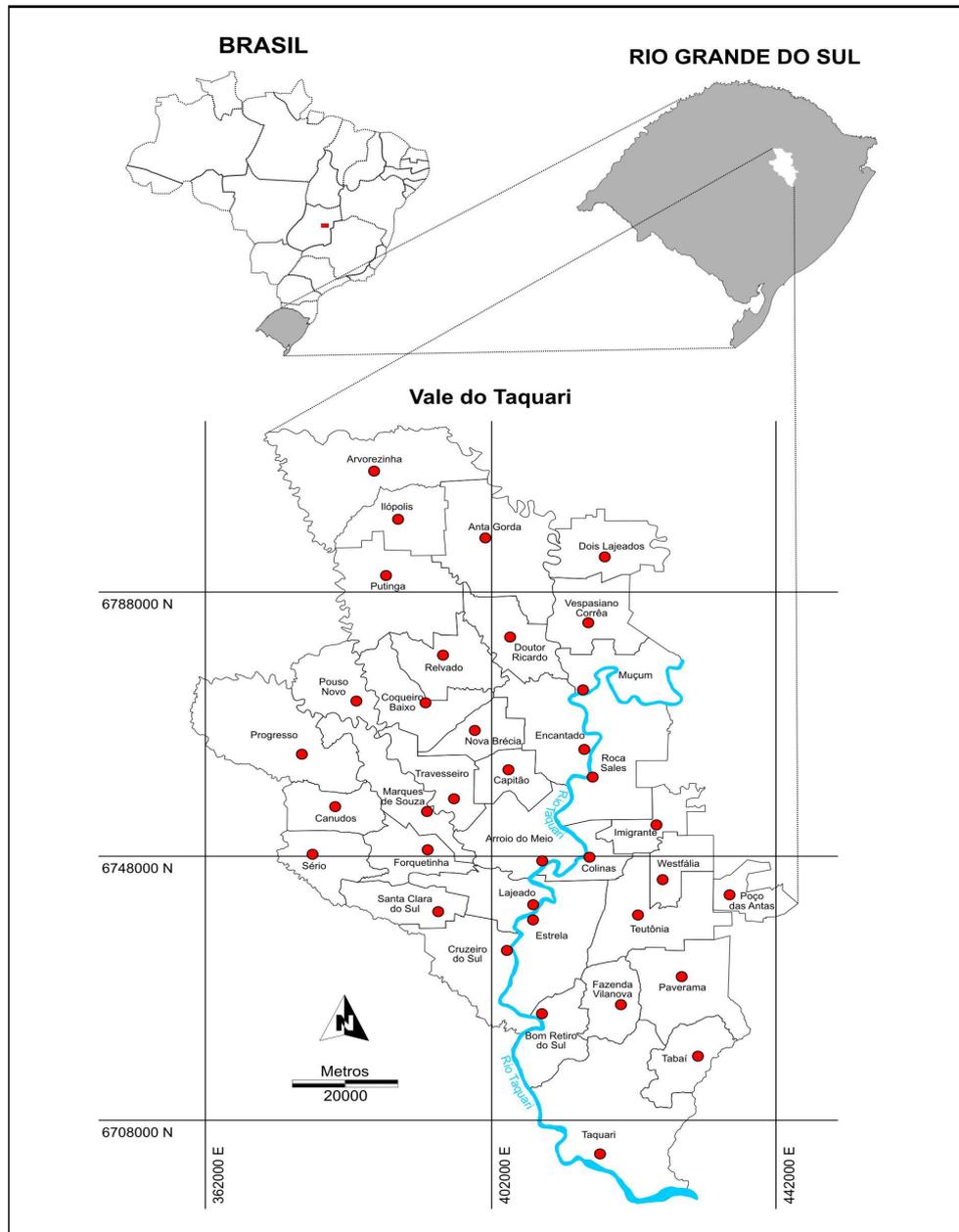


Imagem 02 - Localização do Estado do Rio Grande do Sul e região geopolítica Vale do Taquari
 Fonte: Eckerdt, 2005, p.23. 01 Imag. Color.; 1640x2564.

O processo de emancipações na região do Vale do Taquari, tem suas origens no século XIX, quando Taquari emancipa-se de Triunfo em 1849, posteriormente os novos municípios vão desmembrando-se, tendo Taquari de etnia principalmente portuguesa, como município “mãe”.

Município	Origem	Data Instalação
Taquari	Triunfo	1849
Estrela	Taquari	1882
Lajeado	Estrela	1891
Encantado	Lajeado	1915
Arroio do Meio	Lajeado e Encantado	1935
Roca Sales	Estrela	1955
Bom Retiro do Sul	Taquari	1959
Arvorezinha	Encantado e Soledade	1959
Muçum	Guaporé	1959
Cruzeiro do Sul	Lajeado	1964
Anta Gorda	Encantado	1964
Ilópolis	Encantado	1964
Putinga	Encantado	1964
Nova Bréscia	Arroio do Meio	1965
Teutônia	Estrela	1982
Paverama	Taquari	1989
Imigrante	Estrela e Garibaldi	1989
Progresso	Lajeado	1989
Relvado	Encantado	1989
Pouso Novo	Arroio do Meio	1989
Dois Lajeados	Guaporé	1989
Poço das Antas	Salvador do Sul	1989
Colinas	Estrela e Roca Sales	1993
Santa Clara do Sul	Lajeado	1993
Sério	Lajeado	1993
Capitão	Arroio do Meio e Nova Bréscia	1993
Travesseiro	Arroio do Meio	1993
Marques de Souza	Lajeado	1997
Tabaí	Taquari	1997

Doutor Ricardo	Encantado e Anta Gorda	1997
Vespasiano Corrêa	Muçum	1997
Fazenda Vila Nova	Bom Retiro do Sul	1997
Forquetinha	Lajeado	2001
Canudos do Vale	Lajeado e Progresso	2001
Coqueiro Baixo	Relvado e Nova Bréscia	2001
Westfália	Teutônia e Imigrante	2001

Quadro 01 - Relação dos municípios e ano das emancipações.

Fonte: Adaptado de STRASSBURGER, Adriano D. A área geográfica dos municípios no Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n. 1, p.85-102, 1998. p.90 e BDR – Banco de Dados Regional Vale do Taquari. Disponível em: http://www.univates.br/files/files/univates//bdr/Perfil_VT_04_ABR_2009.pdf. Acesso em 16 maio 2009.

Os trabalhos relacionados a história do Rio Grande do Sul, frequentemente, veiculam “a conquista e a colonização do território sul-rio-grandense pelos europeus com a presença e a ação dos portugueses no mesmo”. Se fosse somente considerado este aspecto, a história rio-grandense teria seu marco inicial com a fundação em 1737, do presídio Jesus-Maria-José (cidade de Rio Grande). No entanto é importante a percepção de outros desdobramentos e/ou movimentos, tanto geográficos, como políticos e humanos, que participaram e influenciam o processo de exploração, ocupação e formação do atual território do RS. É importante destacar por exemplo que, muito antes que o Litoral fosse oficialmente ocupado pelos portugueses no início do século XVIII, as terras de fronteira a oeste e sul do Rio Grande do Sul atual já faziam parte de um outro espaço que se configurava na zona da campanha da América meridional, a “Região Platina” (REICHEL, 2006, p.43).

A história da terra que estes imigrantes passam a ocupar povoa o imaginário dos grupos e faz com que eles recriem estas histórias em proveito próprio. A configuração do RS, quando da chegada dos imigrantes alemães e italianos, influencia em muito os laços que os imigrantes vão estabelecer com a sua terra. Desde a pré-história e posteriormente com a ocupação lusa e espanhola, o RS é marcado pelas lutas de terras, situação fortemente marcada pelo processo da constituição de uma história platina ou lusa.

Foram vários os autores que abordaram o tema da origem platina ou lusitana. Alguns se aproximaram mais da matriz lusitana, outros da platina. No entanto pode-se dizer que ambas as matrizes, lusitana e platina, conseguiram seus intentos, “o Rio Grande do Sul

luso, brasileiro e aceito pela Nação” (GUTFREIND, 1992, p.145).

O estabelecimento principalmente dos italianos em áreas de fronteira entre os grupos dos campos e da serra, auxilia inclusive na manutenção dos costumes vindos de além mar. A formação do Vale do Taquari e a construção de sua identidade regional é influenciada por este processo.

Como aborda Pesavento (1980), “é por todos sabido que existe um estereótipo sobre o Rio Grande do Sul, sobre os gaúchos e sobre a região sulina como um todo e que se traduz em imagens mentais e objetais, em personagens-símbolo, em ritos, crenças, valores, práticas sociais e manifestações artísticas” (PESAVENTO, 1980, p.383).

No entanto, para o Vale do Taquari o que se nota é uma maior identificação com o período de ocupação dos imigrantes alemães e italianos do século XIX, deste modo pode-se novamente referenciar Pesavento (1980), pois esta coloca que a construção de identidades é um processo constituído historicamente, onde cada sociedade elabora “um sistema de idéias-imagens de representação coletiva”. Constituindo-se assim o “imaginário social, através do qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às práticas sociais” (PESAVENTO, 1980, p.383).

Ainda com Pesavento (1980), é importante frisar que,

não se trata simplesmente de um endosso da história edificante de um passado glorioso; trata-se, também, da disseminação de hábitos e costumes pelos novos sul-rio-grandenses, de tal forma que tradições da campanha são revividas na serra e no vale do rio dos Sinos ou em Porto Alegre, sem um maior questionamento da legitimidade (PESAVENTO, 1980, p.392).

O grande processo imigratório de alemães e italianos no século XIX, que prevalecem sobre as outras ocupações, vão deixar marcas profundas nas características do Vale do Taquari/RS. Assim como as características específicas destes dois grupos é que vão arraigar uma identidade regional, muito mais voltada ao período de colonização do século XIX.

Assim como o Rio Grande do Sul para sentir-se brasileiro, necessitava primeiro defender sua raiz gaúcha o Vale do Taquari/RS, levanta a bandeira de suas especificidades regionais para sentir-se gaúcho. No entanto é bastante evidente ainda, principalmente entre as

peças de mais de 60 anos a forte identificação com as nações alemã e italiana e o típico gaúcho é visto como homem rude do campo, e os outros grupos étnicos vistos como diferentes e marginalizados.

Segundo pesquisas⁴ arqueológicas realizadas de forma mais sistematizada na região do Vale do Taquari/RS a partir de 2000, identificou-se a ocupação por grupos humanos pretéritos como de caçadores-coletores e, em momento posterior, por horticultores.

As pesquisas arqueológicas comprovam por meio da cultura material que os grupos indígenas pretéritos, habitavam efetivamente a região e deixaram os vestígios de seu cotidiano como sua “parafernália doméstica”, os fragmentos das vasilhas cerâmicas, materiais líticos e restos de sua alimentação, assim como influências diretas na vida da população local, em sua cultura, culinária e origem de alguns vocábulos (KREUTZ, 2008; SCHNEIDER, 2008; FIEGENBAUM, 2006).

Já no período de colonização do Vale do Taquari/RS, século XVIII e XIX, este passa a receber emigrantes europeus (portugueses, alemães e italianos) e africanos, que se fixam tanto nas áreas de planícies (sul), quanto nas áreas de planalto (norte). Sabe-se que o ambiente altera-se naturalmente, porém a ação humana modifica e acelera este processo. Deste modo, pode-se afirmar que todos os grupos que ocuparam a região do Vale, alteraram significativamente a paisagem encontrada por eles (KREUTZ, 2008).

A população indígena, da região do Vale do Taquari, não escapou as conseqüências do contato com o homem branco colonizador, tanto com os portugueses e espanhóis, quanto com os imigrantes alemães e italianos. Seguindo os padrões do que ocorreu em diversas regiões do Brasil, o indígena local, foi mercadoria de alto valor, foi escravo e expulso dos “Lugares” (Nogueira, 2003) em que tinha raízes ou melhor vínculos de identidade (HERRLEIN JR, 1998).

Na região nota-se que há “quase que a completa ausência” indígena na formação étnica da população local. E isto é resultado da forte imigração alemã e italiana. Esta imigração ocorreu em período que na região, sua população indígena encontrava-se

⁴ Projeto de pesquisa arqueológica na região do Vale do Taquari, desenvolvido desde 2000 e coordenado pela arqueóloga Dr^a. Neli Teresinha Galarce Machado com apoio do Centro Universitário Univates, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, sendo regido por Portaria Ministerial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

praticamente toda dizimada. Os grupos remanescentes são novamente expulsos, dos locais que habitam, por estes imigrante que recebem estes lotes de terras, consideradas devolutas e são empurrados para locais cada vez mais distantes. Também é preciso levar em conta que os grupos de imigrantes, vêm com uma cultura fortemente arraigada, num contexto, nos seus países de origem de formação do espírito nacionalista, onde a miscigenação não é vista com bons olhos (HERRLEIN JR, 1998).

Em relação aos locais onde esses diferentes grupos humanos vão viver, é possível identificar por meio do trabalho realizado por Kreutz (2008), como já exposto acima, que há três locais distintos, cada qual com características geográficas específicas na região do Vale do Taquari/RS para estas ocupações. A região de planalto, situada ao norte do Vale do Taquari/RS. Uma segunda, que abrange grande extensão territorial, denominada de região intermediária e, outra localizada ao sul, uma região baixa.

Segundo Kreutz (2008),

É possível concluir que o ambiente foi um fator determinante para a colonização do Vale do Taquari/RS para as populações pré-coloniais e para os imigrantes europeus. As populações alteraram e manipularam o ambiente, criando condições sócio-ambientais que permanecem até hoje. Cada um dos grupos recriou o seu meio. Observa-se que os caçadores-coletores, que construíram as casas subterrâneas, adaptaram-se a uma região de planalto, num ambiente mais frio. Já os horticultores, utilizaram as planícies ao longo dos rios e arroios, plantando suas roças nas várzeas e vivendo nos locais mais altos. O imigrante europeu utilizou a mesma área dos horticultores, porém a sua instalação foi bem mais impactante do que dos grupos anteriores. Ele ampliou a área para o cultivo e construção de suas estruturas residenciais, cortou a mata para utilizá-la como fonte de energia. Hoje, em 2008, as encostas do morros são utilizadas para a construção das estruturas de criação de animais (avicultura e suinocultura) (2008, p. 120).

Kreutz (2008), também considera que quando se compara por exemplo os sistemas de assentamentos dos horticultores Guarani, do século VI, com os dos imigrantes europeus, portugueses, espanhóis, alemães e italianos, dos séculos XVIII e XIX, nota-se que todos os grupos, buscaram e escolheram conforme sua base econômica principal – a horticultura e a agricultura – locais com características e disponibilidade de recursos naturais similares, como margens de rios e arroios, com floresta e com bioma favorável à diversidade animal e vegetal.

1.2 Ocupação pré-histórica⁵

Assim como todo o estado do Rio Grande do Sul e o país, a região do Vale do Taquari, foi intensamente povoada por grupos humanos no chamado período pré-histórico. Grupos caçadores-coletores itinerantes em um primeiro momento e posteriormente grupos horticultores, com deslocamentos sazonais e domesticação de plantas e animais. São esses grupos que vão deixar como testemunhos de sua estada os vestígios materiais, como lascas, pontas de flecha, vasilhas cerâmicas, adornos, etc., além da transformação na paisagem que ocupavam.

Todos os ambientes da região sul foram ocupados, seja de forma sistemática seja de forma ocasional, inicialmente por grupos caçadores e coletores. Por volta de 2.500 anos atrás a “paisagem cultural” da região sul começa a ser alterada, com a ocupação por populações ceramistas e horticultoras. Dentre estas, os portadores da tradição Tupiguarani são as mais conhecidas em termos arqueológicos, etnográficos, históricos e lingüísticos. Percebe-se, com relação a esta população, uma padronização da cultura material, tendo a prescritividade como norma, que é mantida frente às mudanças de ambiente e a possíveis contatos interétnicos (NOELLI, 1999/2000, 2004 *apud* FIEGENBAUM, 2009).

São esses objetos testemunhos de um tempo e modo de vida que na contemporaneidade vão formar as coleções pré-históricas dos museus municipais.

Os estudos da ocupação pretérita do Vale do Taquari tiveram seu primeiro momento ainda na década de 1960, com visitas esporádicas se sucedendo até os anos de 1990. Os pesquisadores pretendiam somente comprovar a ocupação, sem se aprofundar em questões mais complexas. Apenas foram realizados: caminhamentos em locais com indícios de ocupação, contato com proprietários de terras, cursos rápidos sobre arqueologia e coletas superficiais (KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009).

As primeiras pesquisas foram realizadas nos municípios de Arroio do Meio e Muçum, na década de 1960, pelo arqueólogo Dr. Pedro Ignácio Schmitz, do Instituto Anchietano de Pesquisas – IAP - UNISINOS, de São Leopoldo/RS. Em

⁵ Para um aprofundamento quanto a ocupação humana pré-histórica do Vale do Taquari/RS, sugere-se consultar os seguintes trabalhos:

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008;

FIEGENBAUM, Jones. **Um assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 2009, 219f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2009.

1965, Schmitz fez incursões em Muçum, onde catalogou o Sítio Arqueológico RS-03, na localidade de Capela do Rosário. Em Arroio do Meio, Schmitz catalogou os sítios RS-27, RS-28, RS-29, e RS-30 todos situados na localidade de São Caetano. No ano seguinte, 1966, Schmitz registrou mais dois sítios arqueológicos, RS-60 e RS-61, no município de Muçum, localizados no distrito de Linha Alegre (Goldmeier, 1983). No ano de 2001, arqueólogos da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, da cidade de Santa Cruz do Sul/RS, visitaram o município de Relvado/RS. Na ocasião desenvolveram atividades de campo com coletas superficiais. Também mantiveram contato com moradores locais que tinham encontrado em suas propriedades artefatos arqueológicos (Gomes, 2001) (KREUTZ, 2008, p.55-56).

A criação do Setor de Arqueologia do Centro Universitário Univates, sob coordenação da Arqueóloga Dr^a Neli T. G. Machado em 2000, muda este panorama. A partir desse momento são realizadas sistematicamente pesquisas de cunho científico e acadêmico sobre toda a região do Vale do Taquari (KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009).

A primeira etapa realizada com a concretização do Setor de Arqueologia foi um levantamento dos sítios no banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e em seguida realizou-se um primeiro mapeamento arqueológico, estabelecendo-se os primeiros contatos com moradores do Vale. Na ocasião registraram-se sítios arqueológicos e áreas com potencial arqueológico. Até o momento, 12 sítios arqueológicos pré-históricos foram localizados e catalogados por este setor (KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009).

Com o levantamento de todos os sítios arqueológicos registrados no Vale do Taquari, pode-se perceber que, apesar de ser uma região que vem sendo pesquisada de forma mais sistemática apenas muito recentemente, há uma ocupação bem consolidada desde grupos caçadores-coletores até horticultores ceramistas, que somam 46 sítios pré-históricos; desses, 26 estão associados a grupos da tradição arqueológica Tupiguarani (FIEGENBAUM, 2009, p.79).

Segundo Kreutz (200), é importante enfatizar que esses sítios arqueológicos encontram-se em três unidades geomorfológicas diferentes, ponto de suma importância para esse trabalho, pois como já destacou-se, tanto na pré-história quanto no período histórico esses locais receberam ocupações por grupos humanos também distintos.

A partir das informações contidas neste estudo e recorrendo à capacidade imaginativa, é possível constituir uma imagem do homem percorrendo as planícies, os vales e os morros do Vale do Taquari/RS há cerca de 10.000 anos AP. É claro sob condições mais adversas do que se encontra hoje (2008), com um clima mais frio e mais seco. Mesmo assim, apesar desses obstáculos, o homem sobreviveu (...) Passados 10.000 anos, esses caçadores-coletores sobreviveram e se adaptaram ao aumento da temperatura e da umidade, bem como à mudança do

relevo, e puderam conhecer um outro grupo, mais forte e portador de uma outra cultura, que domesticava as plantas e, por isto, já não dependia exclusivamente dos recursos que a natureza oferecia. Esses novos imigrantes, os horticultores Guarani, há cerca de 2.000 anos, dominaram o Rio Grande do Sul, em especial, exploraram e colonizaram grande parte do Vale do Taquari/RS, do sul ao norte. Nas planícies ao longo dos rios e lagoas, derrubaram a mata para erguerem suas aldeias e plantar seu alimento (KREUTZ, 2008, p.133).

A partir desse ponto é necessário algumas explicações mesmo que gerais para conhecer os grupos que foram os primeiros habitantes da região do Vale do Taquari/RS.

Os caçadores-coletores segundo Schmitz (2006), Jacobus (2006) e Kern (1998), definem essas populações como tendo seu padrão de alimentação baseado principalmente na caça e coleta. Na maioria dessas sociedades a coleta de vegetais e pequenos animais e seus produtos constitui cerca de oitenta por cento da alimentação, sendo essa atividade desenvolvida tanto por mulheres quanto por jovens. Os primeiros grupos de caçadores-pescadores-coletores adaptaram-se aos diferentes ambientes regionais, ou seja, serra, campo e litoral. Na serra construíram as casas subterrâneas (tradição cerâmica Taquara/Kaingang), no campo viveram em aterros (tradição cerâmica Vieira/Cerritos) e no litoral fizeram abrigos amontoando conchas (sambaquis).

Posteriormente entra em cena o povo Guarani, que por volta do início da Era Cristã, começou a ocupar o Vale do Taquari/RS. Esse grupo, por meio de técnicas consideradas rudimentares, produzia alguns vegetais para a sua subsistência. Esses grupos conhecidos como pertencentes a Tradição Ceramista Tupiguarani começaram sua expansão vindos do Amazonas para o Paraguai, Uruguai, norte de Argentina e diversas regiões do Brasil (KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009).

Quanto ao período de ocupação pelos os horticultores do Vale do Taquari/RS, supõe-se que sejam contemporâneos aos horticultores do Vale do Jacuí/RS. Em agosto de 2007 o Laboratório de Cristais Iônicos Filmes Finos e Datação - LACIFID da Universidade de São Paulo – USP analisou por Técnica de Termoluminescência – TL amostras de cerâmica e conclui que a mais antiga tem 1410 anos, com margem de erro de 8% (MACHADO, 2007 apud KREUTZ, 2008). Para os grupos caçadores-coletores não há datações.

Quanto aos locais de ocupação por esses grupos tem-se o trabalho realizado por Kreutz (2008) como referência e pode-se dizer, que a região norte do Vale do Taquari, caracterizada pela geografia de planalto foi ocupada por grupos caçadores-coletores e a região

mais ao sul, caracterizada geograficamente pelas planícies cultiváveis foi ocupada por grupos horticultores guaranis.

Outra questão que merece ser pontuada é a distinção da cultura material deixada por esses grupos, objetos que podem ser atualmente encontrados nos museus municipais e que são o enfoque principal deste trabalho. Para os grupos caçadores-coletores de forma geral, associa-se principalmente uma maior concentração de vestígios líticos como, talhadores bifaciais, pontas de flecha, lascas e uma cerâmica mais simples em seu tratamento de superfície, bem como de menor porte, com pouca espessura.

Já para os grupos horticultores associa-se a predominância da cerâmica, em detrimento ao material lítico, essas apresentando variados tamanhos chegando a ter 50 cm de diâmetro de boca e espessuras da parede chegando a 5cm. Seu tratamento de superfície recebe “decorações” variadas e mais elaboradas como pinturas e desenhos geométricos. O material lítico associado a esses grupos é normalmente os machados polidos, no entanto trabalhos recentes trazem novas interpretações quanto a presença de talhadores bifaciais em sua cultura material. Ambos os grupos produziam adornos de diferentes matérias primas.

Para distinção dos grupos além de se levar em consideração os vestígios materiais é preciso verificar o espaço onde esses são encontrados, somente com a associação de informações é que se pode definir com maior precisão a que grupo pertenciam.

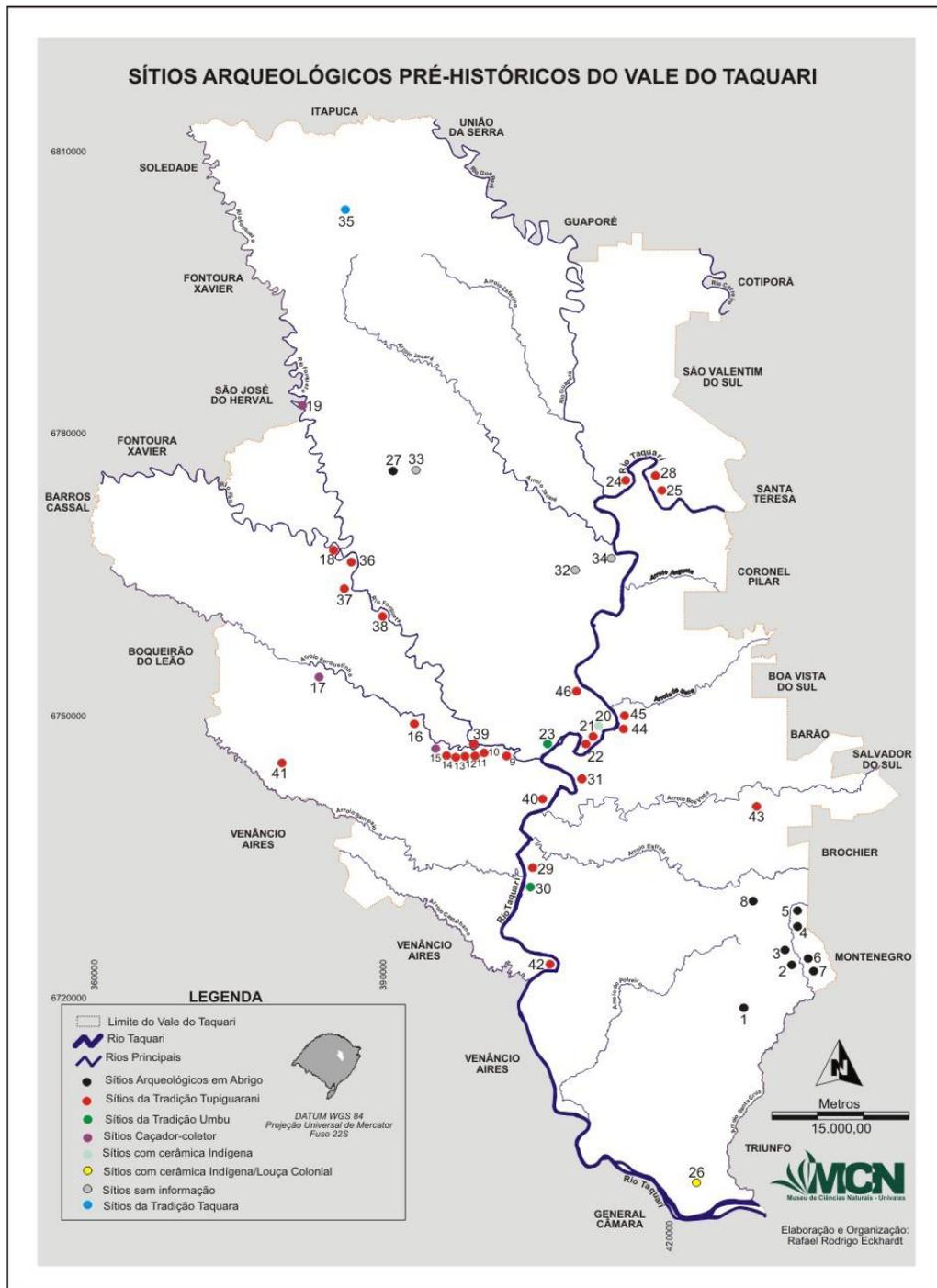


Imagem 03 - Mapa com a distribuição de sítios arqueológicos pré-históricos na região do Vale do Taquari/RS
 Fonte: Elaborado por FIEGENBAUM (2009, p.78) a partir de ECKERDT (2005, p.27). 01 Imagem Color.;
 501x696.

Sabe-se que estes grupos pré-históricos viveram na região do Vale do Taquari, por mais de 10 séculos, com grande organização social e ocupando o ambiente de forma a que nunca faltasse nada. Provavelmente passaram por diversas crises internas, mas nada que

causasse a dizimação do grupo, como a causada pelo contato com os grupos de bandeirantes ou ainda de jesuítas espanhóis. Há relatos da presença indígena quando da efetivação da ocupação das terras do Vale do Taquari por imigrantes, açorianos, alemães e italianos, no entanto estes novos grupos terminarão o trabalho de expulsar estes remanescentes dos lotes então destinados a eles.

1.3 A imigração no período histórico

Após a contextualização a cerca da ocupação pré-colonial, pelos caçadores e coletores e horticultores é preciso abordar o novo contingente populacional que vem para região do Vale do Taquari. Assim, entram em cena os açorianos, africanos, alemães e italianos, no chamado período histórico e que tanto quanto seus antecessores deixaram marcas importantes neste espaço.

1.3.1 Açorianos e presença Africana

Em um primeiro momento a preocupação com a manutenção dos territórios conquistados até o século XVIII, foi o motivo que levou o Reino (Portugal), a incentivar o envio de emigrantes para o Brasil, assim se efetivaria o domínio destas áreas. Em se tratando de Rio Grande do Sul, a preocupação aumenta devido a constante disputa entre as Coroas portuguesa e espanhola pela região do Prata (CARVALHO, 2002).

Exemplos recentes, como nos apresenta Gutfreind (1992),

reforçaram as relações entre o estado sulino e a área do Prata, relações estas que nunca cessaram e que teriam sido mais intensas em épocas passadas. Não há como negar os interesses sul-rio-grandenses no Prata, os interesses da própria Coroa portuguesa em se expandir até aquela área, durante séculos (GUTFREIND, 1992, p.147).

A região do Vale do Taquari era considerada área de fronteira, o que fomentava a necessidade de povoá-la, deste modo foram os portugueses e açorianos os primeiros imigrantes a se estabelecer por estas terras, a partir de 1740. Os açorianos que foram alocados

nesta região eram tanto vindos diretamente dos Açores, como migrantes açorianos já estabelecidos anteriormente em outros lugares do Rio Grande do Sul. As informações quanto a ocupação africana na região são mais escassas, mas não menos importante (CARVALHO, 2002).

Estes grupos influenciaram, assim como os imigrantes seguintes, a configuração sócio-política e econômica da região, bem como deixou traços na formação étnica e cultural. Cabe destacar que a área de maior influência é a parte sul do Vale do Taquari. Aos emigrantes, no caso dos portugueses, a Coroa só exigia a manutenção dos costumes e da língua lusa, garantindo a delimitação territorial e um laço de identidade entre colônia e Reino (CARVALHO, 2002).

O primeiro município a ser habitado foi, Taquari em 1740, por Luiz Vicente Pacheco de Miranda e seu cunhado Tenente Francisco da Silva e o açoriano Francisco Corrêa Sarafana, que ocuparam as terras ainda sem a concessão de sesmarias. Posteriormente, conseguiram a legitimação das áreas ocupadas devido comprovação de ocupação do local. Apesar da concessão de sesmarias o domínio do território era frágil, pois os verdadeiros donos das terras normalmente moravam em Porto Alegre. Por isso, a Coroa Portuguesa estabeleceu nova estratégia, que era enviar colonos para região, estes sim garantiriam a ocupação, pois, trabalhariam e morariam nas terras. Diferente de outros lugares do Brasil a vinda de colonos para o Rio Grande do Sul, previa o povoamento e não somente a exploração extrativista (CARVALHO, 2002).

Outra questão a ser abordada é um dos motivos do envio de colonos açorianos para o Brasil. As ilhas dos Açores, no século XVIII, enfrentavam problemas populacionais, o que ocasionava a falta de terras para trabalho e conseqüentemente o empobrecimento da população local. Assim, tendo o intento de povoar a região do chamado Continente de São Pedro e garantir o território, se resolveria os problemas locais. As únicas exigências para quem desejasse ir para o Rio Grande do Sul eram, que deveriam ser casais e ter certa idade, homens mais de 40 e mulheres mais de 30 além de serem católicos teriam também benefícios como pagamento das passagens (CARVALHO, 2002).

Outro diferencial para estes imigrantes é o fato de o deslocamento da primeira leva ser espontâneo e a segunda leva era dirigida pela Coroa portuguesa. A principal diferença é

que os emigrantes da primeira leva eram de famílias abastadas e tinham condições de pagar sua passagem e conseguiam comprar sua terra, escolhiam vir para o Rio Grande do Sul e os da segunda, recebiam benefícios e foram chamados a emigrar, mas suas condições eram mais precárias quando chegavam ao destino previsto (CARVALHO, 2002).

Os casais de Taquari, se fixaram nas margens do rio Taquari, pois a densidade da mata dificultava a penetração para o interior. Dos quatorze casais iniciais alocados nesta região apenas sete permaneceram por lá (CARVALHO, 2002).

Importante também destacar a questão da estratégia militar da povoação e fundação de Taquari, pois o rio Taquari era a única barreira natural capaz de retardar qualquer possibilidade de penetração de espanhóis. A freguesia de Taquari foi a sétima a ser criada no Rio Grande do Sul, em 1764, sob a denominação de São José do Taquari e em 1780 já contava com a soma de 689 habitantes passando para 1714 em 1814 (CARVALHO, 2002).

Desse total de 1714 almas, sabe-se, pelos registros de arrolamento da população que 433 eram escravos e que em 1858, esse numero de escravos aumenta para 1.646. A região, do início do Império até fins da década de 1850, caracterizava-se pelas fazendas extrativas escravistas e por pequenas terras de colonos açorianos. Esta situação era registrada principalmente na parte baixa do rio Taquari. Em 1872, a informações apontam para uma população livre de 7.692 (brancos, pardos e negros) almas e a população escrava com 1.299 almas (negros) (AHLERT; GEDOZ, 2001; FARIA, 1981).

Estes dados demonstram uma significativa presença africana na região, seguindo o que acontecia na Província, que como no Brasil, nos século XVIII e XIX, implantou uma sociedade escravista. Pois, a partir dos setecentos tornou-se predominante a escravidão africana, talvez em virtude do exagerado aumento do tráfico negreiro centrado no Rio de Janeiro com cativos vindos principalmente da Angola e da legislação indigenista que não apoiava o trafico e escravização indígena (KUHN, 2004).

Como vimos a região não fugiu ao sistema vigente e as atividades nas fazendas da região eram realizadas com mão de obra escrava, que além de prover seu sustento, produziam excedentes para serem revendidos na capital. Era esta população que efetivamente comprovava a ocupação da região, tendo em vista os fazendeiros esporadicamente virem a suas propriedades (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Outro exemplo, da posse de escravos temos os irmãos Teixeira, João e José Inácio, de origem açoriana, primeiros proprietários de extensas terras na região que hoje compreende o município de Lajeado, no ano de 1824 na Escritura de Distrate de Sociedade, tinham registrado em seu nome 300 escravos. João Teixeira, com 108 homens, 7 mulheres, 7 meninos e 16 meninas e seu irmão José Inácio com, 122 homens, 14 mulheres, 9 meninos e 17 meninas (SCHIERHOLT, 1992).

Quando da vinda dos imigrantes alemães e italianos para região mais efetivamente a partir da década de 1850, não lhes era permitido possuir escravos⁶ no entanto muitos os tinha. Como é o caso de Antônio Fialho de Vargas, considerado o fundador da cidade de Lajeado, onde por meio dos registros de batismo, tem-se que em 1860 Antônio Fialho de Vargas, servia de padrinho dos filhos de seus escravos (SCHIERHOLT, 1992).

Importante também destacar que a escravidão nas regiões de colonização alemã é mascarada e negada, em vista de uma falsa consciência e sobrevalorização do trabalho branco livre, necessitando mais estudos sobre o caso específico do Vale do Taquari/RS. Os documentos de registro existentes, que dão indícios sobre o assunto não deixam dúvidas sobre a existência de escravos em trabalho servil e não em regime de colaboração e tratados como “membros” da família como pregam alguns tentando distanciar os imigrantes, alemães e italianos, da economia escravista (TRAMONTINI, 2000; ALVES, 2005).

Finalizando é preciso ter em conta que estes povoadores acima citados, independente de sua condição social, deixaram heranças em vários aspectos, no caso dos portugueses percebe-se sua marca na arquitetura e no cultivo do trigo vindo em suas bagagens. Os africanos, nas lutas, danças e culinária. Ambos grupos foram os responsáveis pela formação dos primeiros núcleos urbanos e/ou rurais, porém sua importância histórica muitas vezes é subjugada em virtude da grande leva de imigrantes alemães e italianos que vieram posteriormente, principalmente a partir de 1850, e que deixaram marcas aparentemente mais fortes, na formação do Vale do Taquari. Sua presença é ainda hoje mais facilmente perceptível em Taquari, mas sua influência se espalhou de forma direta e indireta

⁶ Lei Provincial n.304 de 10 de novembro de 1854: Artigo 12. Determina-se: os comprados de terras provinciais pode cultivá-las por si mesmo, ou por pessoas de sua família, ou assalariados, mas não por meio de escravos seus ou alheio, que sob nenhum pretexto lhe será permitido conservar nas terras que comprar. (TRAMONTINI, 2000)

por todo Vale, nos aspectos religiosos e lida com a terra (CARVALHO, 2002).

1.3.2 Alemães e Italianos

A leva de imigrantes que chegou ao Brasil com apoio oficial rumou, principalmente, para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Vinham com algumas vantagens, como local certo para se estabelecerem e direito a terra após cinco anos de trabalho nela, porém, enfrentaram muitas dificuldades como difícil acesso a mantimentos, água e falta de moradia. Segundo Cunha (2006),

Em 1848, a Lei Orçamentária do governo geral concedeu a cada província do Império seis léguas em quadro (cerca de 26.000 ha) de terras devolutas, as quais deveriam ser destinadas exclusivamente à colonização, não podendo ser trabalhadas por braços escravos. Tais terras não poderiam ser transferidas pelos colonos enquanto não estivessem efetivamente cultivadas e, ainda, poderiam reverter ao domínio das províncias se dentro de cinco anos os colonos não tivessem cumprido esta última condição (2006, p.284).

Para o Rio Grande do Sul, os primeiros imigrantes alemães começaram a vir a partir de 1824, com a fundação da Colônia de São Leopoldo, que posteriormente se tornou foco disseminador dos primeiros imigrantes para as outras regiões do Estado, entre elas a região do Vale do Taquari/RS.

Neste período no Brasil a colonização competia as províncias e apesar de até a década de 1840 esta atividade ter diminuído, a idéia de trazer imigrantes não havia esmorecido. Permanecia a concepção de que para desenvolver as regiões mais remotas e evitar a crise da substituição dada mão-de-obra escrava, seria necessário trazer muitos imigrantes. No Rio Grande do Sul, a imigração não pode ser associada a substituição da mão-de-obra escrava, mas sim a efetiva ocupação territorial e diversificação da economia em pequenas propriedades.

É preciso também lembrar que a partir de 1850 já esta em vigor a Lei de Terras (Lei 601 de 1850), onde a terra é mercadoria e só pode ser vendida aos imigrantes e demais interessados, sendo definitivamente proibida a pratica de concessões, bem como dificultando

o livre acesso a terra. Somente pessoas com condições poderiam adquiri-la, ou pessoas que, com trabalho fossem capazes de quitar a dívida adquirida com ela. Esta Lei facilita o trabalho das empresas de colonização, que além de lucrarem com taxas por cada imigrante trazido, passam a lucrar com a venda de lotes de terra.

A maior parte do processo de ocupação e povoamento do Vale do Taquari acontece depois da Lei de Terras de 1850. No Vale do Taquari, assim como em outros lugares da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a venda de terras é em pequenos lotes, o que caracteriza até os dias atuais a configuração de pequenos minifúndios.

Até fins de 1850 o Vale do Taquari tinha seu povoamento centrado na parte baixa do Rio Taquari, com a presença de fazendas extrativistas escravistas e terras de colonos açorianos. Posteriormente, as terras passaram dos antigos proprietários para empreendedores, que loteavam e vendiam aos colonos sob a supervisão dos governos provinciais, estabelecendo-se um expressivo negócio imobiliário. Em seguida tem-se o estabelecimento dos imigrantes alemães e italianos que direcionam o povoamento para parte norte, antes habitada por posseiros e indígenas. Tanto as lavouras quanto as áreas de criação na região desde cedo geraram excedentes, pois os colonos precisavam pagar as dívidas da terra. Mais tarde com o estabelecimento da República, em 1889, a produção mercantil local é estimulada com a abertura de estradas e através da navegação fluvial, estabelecem-se e expandem-se os núcleos urbanos, criando-se assim novos municípios. Surge o artesanato comercial e a lavoura comercial passa a abastecer o mercado estadual e nacional, inserido a região no panorama econômico nacional (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Devido a efetivação tardia da ocupação no Rio Grande do Sul, o Vale do Taquari também insere-se tardiamente na configuração socioeconômica nacional. Também é necessário frisar que as fazendas na região não alcançavam o porte das grandes fazendas agroexportadoras do nordeste e sudeste brasileiro, pois, seus donos não viviam nas fazendas, mas sim na capital e grande parte da produção era direcionada a subsistência dos escravos e empregados (AHLERT; GEDOZ, 2001).

A imigração européia da outro rumo a configuração regional e nacional, acredita-se que sua habilidade na lida com a terra, incrementará as lavouras e produção agrícola regional, produzindo produtos capazes de suprir o mercado interno (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Na Alemanha⁷, a questão da emigração passou a ser assunto da nação alemã, que se encaminhava para unificação. Sendo assim a Alemanha, não queria que os seus emigrantes, perdessem o vínculo com a terra de origem.

Os emigrantes alemães deveriam garantir a formação de um mercado consumidor para os produtos da nascente indústria da Alemanha, suprindo para a economia alemã a falta de colônias. Por meio de estreitas ligações econômicas deveriam ser fortalecidas também as ligações culturais, garantindo entre os alemães emigrados a preservação da língua e dos costumes (CUNHA, 2006, p.283).

Esta citação auxilia na compreensão do comportamento nas regiões de colonização alemã, onde se percebe a manutenção até os dias atuais, da língua alemã, de costumes, tradições e até imitação da arquitetura. Bem como uma dificuldade de estes descendentes de imigrantes verem-se como brasileiros, alguns inclusive se dizendo como alemães, tendo a Alemanha como terra mãe. Além disso, é possível notar um forte laço de identificação entre as pessoas da comunidade local, bem como uma certa proteção do grupo para com estranhos.

A implementação da Lei de Terras de 1850, incrementa o processo de colonização, fazendo com que os negócios de compra e venda de terras fossem bastante significativos. Porém, pode-se dizer que esta lei favoreceu um pequeno número de indivíduos, como por exemplo, Antônio Fialho de Vargas (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Pelos relatórios enviados ao governo da Província, por Fialho de Vargas, percebe-se as transformações no território do Vale, pois informa sobre a venda de lotes, número de pessoas que habitam a região, artigos produzidos, e as diferentes profissões dos imigrantes, como artesãos, sapateiros, etc... porém com a base econômica na agricultura (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Pode-se dizer que a região do Vale teve seu desenvolvimento socioeconômico alavancado e direcionado principalmente pelas configurações e necessidades estaduais e nacionais, servindo basicamente como fonte de produtos de subsistência. No período industrial, isto basicamente se repete apesar da autonomia e inserção local de alguns produtos (AHLERT; GEDOZ, 2001).

⁷ Ao usar o termo Alemanha, tem-se que ter claro que a unificação da Alemanha ocorre somente em 1871 sob a denominação de Império Alemão, antes disso tem-se a Confederação Germânica. É neste contexto de transformações que a maior parte dos imigrantes germânicos chega ao Brasil e Vale do Taquari/RS.

Depois de 1870 a imigração alemã já está em sua fase final, sendo numericamente superada por outras nacionalidades, neste período muitos imigrantes vem para o Rio Grande do Sul, mais influenciados por familiares que já se encontram nesta Província do que pela propaganda oficial.

Importante frisar que em 1875, no Rio Grande do Sul, inicia-se a última etapa do povoamento, com a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos. A vinda dos italianos está entrelaçada com o processo de substituição da mão-de-obra e com a política de imigração e colonização do Governo Imperial. A imigração italiana ocorre nas últimas décadas do século XIX, completando o povoamento da Província (GIRON, 1996).

O fenômeno migratório tanto dos alemães quanto dos italianos, do século XIX ao século XX, é fortemente influenciado pela expansão do capitalismo europeu e às transformações das estruturas políticas, econômicas, sociais, na Europa e no Brasil (GIRON, 1996).

Os italianos diferentemente dos alemães vão se localizar nas terras situadas na encosta superior do Planalto. São as zonas das matas, que haviam sido deixadas de lado pelos portugueses, mais interessados na criação de gado. O direcionamento para estes locais é também estratégico pois, esta região estava situada entre a região dos Campos de Cima da Serra, onde habitavam os descendentes de portugueses ocupados na pecuária, a Depressão Central, onde se localizavam os alemães, e a zona da Campanha. Assim a colocação das colônias italianas serviria para isolar não só os imigrantes entre si, mas especialmente, os gaúchos da Campanha e os da Serra, dificultando uma ação conjunta dos mesmos (GIRON, 1996).

Com o passar dos tempos criaram-se muitos mitos sobre a imigração e os imigrantes, como do imigrante heróico, trabalhador, econômico e realizador da economia gaúcha, é a imagem que o próprio grupo criou sobre seus feitos. Porém, é tempo de rever este posicionamento, levando-se em consideração as políticas envolvidas no processo e a diversidade de situações, a aculturação e transformação pelas quais foram “obrigados” a passar. O enaltecimento pode ser visto mais como um meio de reforçar as identidades, de esquecer as adversidades modificando-as em passagens necessárias ao “desenvolvimento” (GIRON, 1996).

Como já abordado, geograficamente o Vale do Taquari/RS pode ser separado em três áreas, uma mais ao norte, outra intermediária e uma mais ao sul.

Na região alta diagnosticada, pelo relevo que a área apresenta, observam-se que as margens dos rios são as encostas de morros, que têm sua base nos leitos destes. A região intermediária apresenta uma paisagem peculiar. Em uma margem dos rios observam-se as planícies de inundação, que podem variar entre 100 a 2000m, e na oposta, uma encosta íngreme e colinas. Também há situações em que a planície se estende de ambas as margens até a encosta dos morros. As áreas de ocupação da região intermediária poderiam ser tanto o topo das colinas (que evitariam inundação da área de habitação, sendo a planície utilizada para o plantio e outras funções, como áreas de fabricação de cerâmica) como também as planícies, que poderiam ser habitadas e ter, concomitantemente, áreas de plantio, fabricação de cerâmica, entre outras atividades habituais. As áreas de ocupação ou passagem de grupos de caçadores-coletores e eventualmente horticultores poderiam ser os rochedos, muito comuns, bem como poderiam ser utilizados para extração da matéria-prima lítica. A região mais baixa do Vale do Taquari/RS é caracterizada pelas planícies com grandes extensões, chegando a ultrapassar 20km em determinada zona. Essas áreas poderiam comportar um número maior de indivíduos, em formas de aldeamentos. Com a proximidade das cascalheiras, tem-se a possibilidade das áreas de captação de recursos para matéria-prima lítica, além da boa qualidade do solo para extração de barro para a fabricação da cerâmica. Essas áreas teriam as habitações, áreas de convívio social, fabrico de cerâmica, cocção de alimentos etc (KREUTZ, 2008, p.103-105).

Na pré-história da região esses diferentes ambientes propiciaram ocupações distintas. Ao norte região de planalto encontram-se as casas subterrâneas, na região intermediária encontram-se vestígios tanto de caçadores-coletores, mais próximo da região norte, quanto de grupos horticultores aproximando-se da região mais ao sul. Na região baixa é predominante a presença de vestígios dos grupos horticultores ceramistas.

No período histórico percebe-se também uma distinção de ocupação, influenciada tanto pelo período imigratório, quem chega primeiro recebe as melhores terras, quanto por fatores culturais, levando-se em consideração a semelhança territorial dos locais de origem e a economia desses grupos. Na região baixa predomina a presença dos grupos lusos com presença de mão de obra escrava, na região intermediária os imigrantes alemães e na região alta os grupos de italianos vindos na última fase do processo imigratório.

Para o trabalho foi selecionado um local de cada uma dessas três áreas geográficas, por terem grupos distintos em períodos diferentes ocupado-as, visando-se comparar, mesmo que superficialmente⁸, a relação dos descendentes desses primeiros imigrantes com a cultura

⁸ Considera-se somente ser possível comparações superficiais, pois para uma comparação mais detalhada e com maior embasamento seria necessário a pesquisa em mais instituições.

material presente nos museus municipais, oriundas também de grupos diferentes.

A ocupação da região do Vale do Taquari/RS por estes grupos humanos, cada um em seu tempo e influenciados pelo seu contexto cultural, enraizou uma relação com esse espaço. E o contato com grupos distintos provocou alterações e adaptações no comportamento desses grupos humanos. A aproximação ou distanciamento, são resultados de suas histórias coletivas específicas que reforçaram os sentimentos de identidade e alteridade.

Toda a contextualização histórica realizada acima é necessária para entender o comportamento da população atual da região em relação aos seus espaços de memória, pois ao se considerar que todo “Lugar”, conforme Nogueira (2003), é todo o espaço vivido experienciado, e que este contribui para determinação da identidade dos indivíduos e dos grupos, os quais acabam criando laços afetivos com ele e com as representações materiais da sua história.

Bourdieu (1989) *apud* Pesavento (1980) coloca que,

A luta pela definição da identidade regional ou étnica, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, é um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989, *apud* PESAVENTO, 1980, p.389-390).

Neste sentido, acrescento o abordado por Neves (2000), que considera o passado como a base da memória e a memória como um agente capaz de preservar e até mesmo de parar o tempo, pois através dela os acontecimentos nunca morrem e que a memória e a história são suporte da identidade dos indivíduos e também da sociedade. A principal relação entre a memória e a história com o sujeito, é ter uma função social, de conscientizar o sujeito do seu papel no processo histórico e fazer com que esta consciência seja permanentemente instigada. Deste modo identifica “os lugares da memória”, como fundamentais na função de amparar a identidade coletiva impedindo que o presente siga em direção ao futuro, sem um elo com o passado (NEVES, 2000, p.112).

A questão desses “lugares de memória”, neste caso específico os Museus será o

tema do próximo capítulo, onde será apresentado um histórico da formação dessas instituições em contexto mundial, nacional e regional, seu papel no seio das sociedades contemporâneas e a relação entre o patrimônio arqueológico, os museus e as políticas culturais, bem como a legislação específica sobre o assunto e a compreensão do acervo arqueológico enquanto patrimônio.

2. MUSEUS, LUGARES DE MEMÓRIA E ESPAÇOS DE PRESERVAÇÃO

2.1 História dos museus

O termo museu, passou por grandes transformações ao longo da história, e como nos apresenta Francis Taylor apud Chagas (2006), cada nova geração se viu as voltas em interpretar esse termo de acordo com as exigências sociais de sua época.

Na Grécia, o mouseion, ou casa das musas, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltado sobretudo para o saber filosófico. As musas, na mitologia grega, eram as filhas que Zeus gerara com Mnemosine, a divindade da memória. As musas, donas de memória absoluta, imaginação criativa e presciência, com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e a tristeza (SUANO, 1986, p.10).

O espaço museal deveria ter como objetivo o de manter e preservar os testemunhos materiais das diferentes épocas para que estes servissem como pontos constantes de partida para reflexão e análise. Preservar os testemunhos do passado permitiria primordialmente dar-lhes condições de continuarem a ser utilizados no presente em toda sua potencialidade (SUANO, 1986).

Pierre Nora, que criou a expressão lugares de memória, define assim este espaço,

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo

um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles participou.

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. (...) Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória são lugares de história (NORA, 1993, p.21-22).

No entanto o que se percebe é que a preservação de determinados objetos acaba por “congelar” a época ao qual pertenciam e o objeto quando passa a integrar o museu quase sempre, recebe uma aura de importância e um estatuto de “valor cultural” que ele antes não possuía (SUANO, 1986).

A tentativa de justificar (museologicamente) e remontar (museograficamente) o passado pelo passado assemelha-se a um esforço inútil de paralisação do tempo. A tentativa de remontar e justificar o passado pelo futuro assemelha-se a um esforço de fugir do tempo. Resta, portanto, a perspectiva de compreender o passado pelo presente, como algo interferente na vida e interferindo por ela. Com frequência os museus oscilam entre as duas posições anteriores (CHAGAS, 2006, p.34).

A escolha dos objetos não vincula-se somente a tentativa de permanência, de lembrança, de registro. Esta também ligada a estruturas de poder de legitimação. Pierre Nora apud Chagas (2006), coloca que os museus estão vinculados às musas por via materna e deste modo são “lugares de memória” mas que por via paterna estão vinculados a Zeus, e assim são estruturas e lugares de poder.

Inicialmente os ditos museus, eram conhecidos como museus enciclopédicos ou gabinetes de curiosidades, por abrigarem uma gama inquantificável de objetos, o que se sabe é que,

A formação de coleções de objetos é provavelmente quase tão antiga quanto o homem e, contudo, sempre guardou significados diversos, dependendo do contexto em que se inseria. Estudiosos do colecionismo crêem que recolher aqui e ali objetos e “coisas” seja como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e do qual se quer fazer parte ou então dominar. Por isso é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a

coletou e transformou em “coleção”.(...)Foram os romanos, aliás, os grandes colecionadores da Antiguidade (SUANO, 1986, p.12).

O termo museu pouco utilizado na Idade Média, reaparece por volta do século XV, quando o colecionismo torna-se moda na Europa. O homem nesta época vivia uma verdadeira transformação, resultado do espírito científico e humanista do Renascimento que surgia e da expansão marítima, que revelou um novo mundo para Europa. Neste contexto as coleções principescas, que haviam surgido a partir do século XIV, como símbolo do poder econômico e político, passaram a aumentar, durante os séculos XV e XVI, devido a objetos, tesouros e curiosidades que vinham da América e da Ásia e da produção de artistas da época, que eram financiados pelas famílias nobres (JULIÃO, s.d.).

Neste período, proliferaram também os chamados Gabinetes de Curiosidade e as coleções científicas, algumas chamadas de museus. Estes espaços eram formados por estudiosos que tentavam imitar a natureza em gabinetes, juntavam quantidade enorme de objetos e espécies de variados lugares, porém o aspecto destes lugares era geralmente caótico. No entanto estas coleções passam a ser melhor organizadas, usando critérios que seguiam uma ordem atribuída à natureza, e que acompanhavam os avanços científicos do século XVII e XVIII (JULIÃO, s.d.).

As coleções principescas e os gabinetes de curiosidades que se formaram entre os séculos XV e XVIII, posteriormente deram origem aos museus, que hoje conhecemos. Porém, no começo, estes espaços não estavam abertos ao público e seu acesso era exclusivo a seus proprietários, familiares e amigos. No final do século XVII, é que o acesso ao público às coleções é permitido, marcando assim o surgimento dos grandes museus nacionais e o sentido dado hoje ao termo museu surge no contexto da Revolução Francesa (JULIÃO, s.d.).

Nos tempos modernos, foi o Papado, que não escapara ao colecionismo do período, que pela primeira vez abriu suas coleções ao público em 1471, num antiquarium organizado pelo papa Pio VI (SUANO, 1986, p.22).

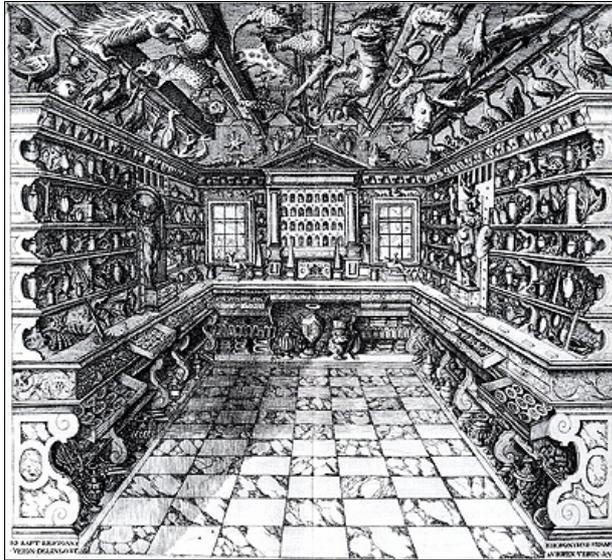


Imagem 04 - Museu particular de Francesco Calceolari, em Verona, Itália, 1622

Fonte: Museu particular de Francesco Calceolari. Disponível em:
<http://www.zymoglyphic.org/exhibits/baroquemuseums.html>. Acesso em 20 jul 2009. 01 fot. p&b. 400X366.



Imagem 05 - Museu particular do naturalista Ferrante Imperato, em Nápoles, 1599

Fonte: Museu particular de Ferrante Imperato. Disponível em:
<http://www.zymoglyphic.org/exhibits/baroquemuseums.html>. Acesso em 20 jul 2009. 01 fot. p&b. 400X301.

No final do século XVII e começo do XVIII é que se vê a fortificação da instituição museu com sua função social de expor objetos que documentem o passado e o presente e celebrem a ciência e a historiografia oficiais (SUANO, 1986, p.23).

Já no final do século XVII havia algumas galerias de palácios reais que eram abertas à visita. Era o caso, por exemplo, da Galeria de Apolo, no Palácio do Louvre, em Paris, abertas, desde 1681, a visitas de artistas e estudantes. Mas foi a política econômica dos séculos XVI-XVIII que gerou uma política educacional e cultural responsável, em parte, pela ampliação do acesso às grandes coleções (SUANO, 1986, p.25).

Deste modo é que, pouco a pouco, a liberação para visitas a estas galerias dos palácios, aos “gabinetes”, “guardarobas” e mesmo “museu”, começam a surgir e ganhar espaço em toda a Europa (SUANO, 1986).

O movimento revolucionário (Revolução Francesa) do final do século XVIII é marco importante neste processo pois, foi o que realmente abriu definitivamente o acesso às grandes coleções, e as tornou efetivamente públicas. Mas mesmo com o acesso não se pode esquecer que o museu servia principalmente às necessidades da burguesia de se estabelecer e manter como classe dirigente (SUANO, 1986).

A utilização do museu como espaço de discurso legitimador não alterou-se significativamente, pois como nos apresenta Chagas (2006),

Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento (CHAGAS, 2006, p.30).

Assim é possível perceber também no Brasil, as relações estreitas entre o Estado, os museus e as classes privilegiadas que têm auxiliado no desenvolvimento de museus distantes da sociedade, e que não se importam com o não-cumprimento das funções sociais atribuídas a estes espaços (CHAGAS, 2006).

2.2 Histórico dos museus no mundo e no Brasil

É vasta bibliografia que trata do histórico da constituição dos museus que vão ser referência no tocante a temática da historiografia sobre o campo museal, o que segue abaixo não é novidade mas necessário em trabalhos sobre o assunto.

Nos fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, foram inaugurados aqueles que além do Louvre, são, hoje, os maiores e mais importantes museus da Europa: o Belvedere de Viena (1783), o Museu Real dos Países-Baixos, em Amsterdam (1808), o Museu do Prado, em Madri (1819), o Atles Museum, em Berlim (1810), o Museu do Hermitage, em Leningrado (1852) (SUANO, 1986, p.29).

Em 1872 se criava, em Nova Iorque, aquele que é o maior e mais importante museu das Américas e aquele que, entre todos os museus ocidentais, engloba o período mais longo da história humana, com quase cinco mil anos de nossa

história representados, da pré-história do Oriente à arte moderna: o Museu Metropolitano de Nova Iorque (SUANO, 1986, p.32).

Quanto à América do Sul, os mais antigos museus são o da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro (que teve início em 1815, como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios) e o Museu Nacional do Rio de Janeiro (criado em 1818 como Museu Real), ambos iniciativa de D. João VI.(...) No Brasil, tanto a Escola Real (acervo de D. João VI) quanto o Museu Real (Casa dos Pássaros) foram criados nos moldes europeus, embora muito mais modestamente (SUANO, 1986, p.32-33).

Outros museus surgiram no Brasil em fins do século XIX: como o Museu do Exército (1864); o Museu da Marinha (1868); o Museu Paranaense Emílio Goeldi, criado como Sociedade Filomática (1866), passado ao Estado em 1871 e transformado em Emílio Goeldi (1894) em instituição de pesquisa; o Museu Paranaense, criado como instituição privada, em 1876 e oficializado em 1883; o Museu Paulista (Museu Ipiranga), criado em 1892 e ligado à Universidade de São Paulo desde 1969, e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, criado em 1894 junto com o próprio Instituto (SUANO, 1986, p.33-34).

Pode-se dizer que o apresentado acima é a cronologia mais tradicional, mas cumpre o papel de resumidamente apresentar o caminhar das instituições com cunho de preservação constituídas após a transformação no acesso a estes espaços.

Seguindo a linha do tempo, nota-se que a maioria dos demais museus brasileiros foi criada a partir dos anos 30 e 40 do século XIX, sempre como iniciativas oficiais, vinculadas ao período histórico de nacionalismo brasileiro. No entanto é a partir da segunda metade do século XIX que se percebe que o museu vai começar a sofrer alterações significativas (SUANO, 1986, p.34).

As instituições museais brasileiras estão fortemente marcadas pelo impacto da chegada da família real portuguesa, pois a transferência para o Brasil gerou um panorama cultural, político e econômico sem precedentes. A vinda e a instalação da Corte no Brasil exigiram investimentos públicos e particulares.

A presença de um contingente aproximado de 15 mil pessoas vindas da Europa para uma cidade colonial de clima tropical implicou ainda a constituição de um sonho, qual seja: o de transplantar para a nova sede da metrópole o modelo de civilização européia, considerado como paradigma sem par. A realização desse sonho envolvia a criação de equipamentos e o desenvolvimento de ações que pudessem trazer para a cidade colonial a memória e os ares da Europa. Entre esses equipamentos e ações incluía-se o Museu Real (1818) (CHAGAS, 2006, p.39).

Os museus brasileiros do século XIX, como aponta K. Pomain apud Chagas (2006),

colaboram com o projeto de construção da nação; seguem os modelos museais estrangeiros e buscam civilizar. Nota-se que neste período apesar do acesso tímido do povo, são as elites aristocráticas tradicionais que ditam as regras e não percebe-se a “presença da cultura popular, dos negros aquilombados, dos índios bravios” (CHAGAS, 2006, p.44).

O público, no entanto, começava finalmente a se apropriar do museu como seu espaço, sendo isto perceptível, em fins do século XIX, pois, começam a aparecer as primeiras “críticas reivindicatórias a respeito da apresentação das coleções, dos atendentes, da iluminação, dos horários, etc.” Em 1857, na Inglaterra, John Ruskin, apresenta projeto, onde nota-se também esta mudança, pois solicita que se de uma função mais educativa ao museu, e que os objetos sejam apresentados com visões mais críticas e não puramente expositivas (SUANO, 1986, p.38-39).

O museu se via, assim, diante da herança cristalizadora de todas essas tendências e posições: templo dos grandes mestres do passado, do apogeu da civilização clássica greco-romana, grande exposição de “tudo” que a natureza e o homem criassem de importante ou de exótico. Incapazes de traçar seu próprio caminho nesse emaranhado de vertentes, o museu a todas incorporou, adquirindo suas características de museus “enciclopédico”, álbum aberto de tudo que a natureza e o homem conhecia, expressão da pujança econômica e territorial das nações européias, verdadeiro retrato tridimensional da nação e de seus feitos (SUANO, 1986, p.40).

A teoria da evolução também era e é, marcante nos espaços museais, onde de forma cronológica é apresentado a evolução “das formas inferiores as formas superiores de vida”, a história da humanidade apresentada numa escala linear que cresce da “selvageria” até a “civilização” (SUANO, 1986, p.43).

No final de século XIX também começam a vir a tona, as primeiras tentativas de maior importância, na busca da reformulação dos grandes museus sendo que alguns já estavam em seu centenário de existência (SUANO, 1986).

Já o início do século XX, acaba por consequência da proliferação dos museus no final do século XIX, sofrendo com todos problemas que acompanham o surgimento descontrolado. Além disso, o museu perde um pouco a função de retratar a “escalada” da burguesia e o mito civilizador, ficando estagnado (SUANO, 1986).

Mesmo no século XXI, se percebe que “a maioria dos museus continua a privilegiar o “ver” em detrimento do “incorporar, digerir, criar” o que mais que qualquer

questão de verba e de pessoal, torna-se a principal carência dos museus de hoje (SUANO, 1986, p.87).

Importante também destacar que os museus enciclopédicos, históricos e tecnológicos, que existem hoje, continuam voltados para um passado cheio de “lacunas” que tentam preencher, mas que no entanto continuam vendo o presente passar ao largo, sem se preocupar com sua preservação. Fato que posteriormente fará com que as gerações futuras passem pelos mesmos problemas que os atualmente envolvidos nas questões museais enfrentam (SUANO, 1986).

É nesta perspectiva que urge a preocupação com os espaços de preservação, lugares de memória, que recebem grande quantidade de acervo, seja por doação ou compra, em específico o acervo arqueológico pré-colonial. Mesmo sua preservação estar presente desde as primeiras discussões sobre o patrimônio nacional verifica-se a necessidade de conscientização e valorização dos testemunhos da pré-história brasileira e do Vale do Taquari/RS.

2.3 Os museus, o patrimônio arqueológico⁹ e as políticas culturais

Os museus, como sugere Benjamin (2005), são casas provocadoras de sonhos. Ao lado desse reconhecimento, por mais óbvio que possa ser, importa compreender que nem todos os sonhos da coletividade passam pelos museus (CHAGAS, 2006, p.45).

Os museus que se propagam pelo País continuam a seguir os modelos museológicos dominantes no século XIX, que tem por princípio o espírito comemorativo, e são alimentados pelas elites. Estes espaços adentram desta maneira o século XX e vão continuar a se reproduzir principalmente nas regiões periféricas, distantes da capital política e administrativa do país, onde as novidades tardam a chegar. As referências no campo museal continuam a ser “ditadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela Academia de Belas Artes e pelo Museu Nacional, e, em menor escala, pelo Museu Paulista e pelo Museu Paranaense Emílio Goeldi” (CHAGAS, 2006, p.45).

O fim da Primeira Grande Guerra, influencia o panorama museológico brasileiro,

⁹ A respeito das questões detalhadas relativas a legislação do patrimônio arqueológico consultar o artigo de Valdeci dos Santos Junior listado nas referencias deste trabalho.

do mesmo modo que aconteceu em outros campos culturais, bem como na política e na economia. O período entre guerras estimula a produção de bens culturais visando o mercado de idéias direcionado ao nacional (CHAGAS, 2006).

Na década de 20 é que se percebe uma “tomada de consciência” por parte dos intelectuais brasileiros em relação a preservação do patrimônio cultural. O que comprava esta nova percepção são os diversos projetos e anteprojetos que tentavam criar um meio legal que impedisse as ações de depredação e transferência para outros países dos bens culturais brasileiros. Porém, na prática e no meio político todas estas tentativas vieram a fracassar. Mas deixaram sua colaboração para consolidação da consciência preservacionista no Brasil (CHAGAS, 2006).

Já na década de 30 percebe-se a inserção de novos ingredientes no contexto cultural brasileiro. Depois da revolução de 30, o Estado, passou a interferir na organização da cultura, além de em outros setores. As evidências desta interferência na área cultural são visíveis através de alguns exemplos como do “decreto de criação do Curso de Museus (1932), da lei que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes (1937), que institui o tombamento e se transforma no mais importante documento legal, ainda em vigor, referente à preservação dos bens culturais” (CHAGAS, 2006, p.85).

As referências anteriores servem para corroborar a idéia de que as décadas de 20 e 30 foram fundamentais para o amadurecimento das ações preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro. A preservação das representações de memória, no entanto, estava articulada a questões mais amplas referentes à identidade nacional, à constituição de uma memória coletiva, à conceituação de bem cultural a ser preservado, à origem social desse bem cultural e às possibilidades de **uso educativo do patrimônio cultural**¹⁰ (CHAGAS, 2006, p.85-86).

Interessante citar neste momento o que a Política Nacional de Museus (2003), em sua introdução diz:

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus¹¹, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com diversos elementos da natureza, bem como o respeito às culturas indígenas e

¹⁰ Grifo nosso

¹¹ Quando fala em museus ou museológico, pode-se fazer referência a todos os lugares de memória.

afrodescendentes. Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de **propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária** e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira (Política Nacional de Museus, 2003, p.8)(grifo meu).

Desde o começo da implantação das políticas culturais no Brasil, o patrimônio cultural brasileiro, já englobava a cultura material arqueológica, como pertencente a este patrimônio. Mário de Andrade que em 1936 elabora o anteprojeto para criação do SPAN, a pedido do ministro Gustavo Capanema, já inclui a arqueologia como fonte dos elementos que compõe o patrimônio nacional (CHAGAS, 2006).

O professor francês Hugues de Varine-Bohan, sugere que o Patrimônio Cultural, seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (LEMOS, 2006, p.8-10).

No entanto, por mais que se queira reconhecer no decreto-lei n.25/37 a inspiração do anteprojeto de Mário de Andrade, é preciso registrar que o referido anteprojeto não foi plenamente vitorioso, pois são evidentes as diferenças entre este e o que foi aprovado e legalizado (CHAGAS, 2006, p.87).

Mário de Andrade em seu anteprojeto, incluída, “a proposta de adoção de quatro livros tombo: **arqueológico**¹² e etnográfico, histórico, das belas-artes, e das artes aplicadas e tecnologia industrial, e de quatro museus correspondentes aos referidos livros tombo” (CHAGAS, 2006, p.87).

Estes quatro museus, deveriam contemplar as oito categorias em que Mário de Andrade subdivide o patrimônio artístico nacional: 1) **Arte arqueológica**¹³; 2) Arte ameríndia; 3) Arte popular; 4) Arte histórica; 5) Arte erudita nacional; 6) Arte erudita estrangeira; 7) Artes plásticas nacionais e 8) Artes aplicadas estrangeiras (CHAGAS, 2006,

¹² Grifo nosso

¹³ Grifo nosso

p.87-88).

Apesar de arqueologia estar plenamente contemplada, assim como os outros subitens, a sua consolidação e valorização enquanto patrimônio demora a sair do papel, sendo que alguns elementos acabam recebendo mais destaque que outros.

Falcão *apud* Chagas (2006), destaca que a política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico praticamente priorizou a preservação “arquitetônica do monumento de pedra e cal”. Estando estes monumentos eleitos vinculados à experiência vitoriosa da etnia branca, a vitória da religião católica, a vitória do Estado com seus palácios e fortes, das sociedades com as sedes de grandes fazendas e sobrados urbanos, da elite política e econômica do país (CHAGAS, 2006, p.108).

Além disso, parece ser destinado aos Museus o papel de preservar o patrimônio nacional, tanto os de pequeno quanto os de grande porte, devendo estes contemplar toda diversidade histórica em um único espaço.

Em carta de Mário de Andrade para Paulo Duarte, este ilustra qual o papel dos museus municipais. Diz ele que os museus municipais, deveriam ter outra constituição, sendo esta regulamentada pelos governos centrais e deveriam conter de tudo. Deveriam ser “**museus arqueológicos**”¹⁴, folclóricos, artísticos e também de ar livre e indústria” (CHAGAS, 2006, p.93).

Para Mário de Andrade os museus municipais deveriam ser capaz de contemplar do mais singelo ao mais sofisticado, e a narrativa museológica, surgiria do diálogo com a população onde este esta inserido. A educação a partir do museu e a participação da comunidade, questões tão atuais, já estavam presentes no anteprojeto de criação do SPHAN. Mas o que prevalece, inclusive até hoje, é o Museu de aglomerado de objetos, e exposições acriticas (CHAGAS, 2006).

A definição do que é patrimônio cultural nacional, também passa por alterações, na Constituição de 1988 o tema é apresentado já com avanços em relação aos textos legais anteriores. Aparecendo no art. 216, que,

¹⁴ Grifo nosso

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico**¹⁵, paleontológico, ecológico, ecológico e científico (CHAGAS, 2006, p.111).

As definições quanto ao que é patrimônio e os meios para preservá-lo continuam em debate e avançando, prova disso é a criação do Instituto Brasileiro de Museus e o Estatuto de Museus. Ambos complementam e reforçam a diversidade do patrimônio cultural brasileiro, assim como dão diretrizes para a criação de novos e readequação dos museus já existentes (LEI N° 11.904, 14.01.09).

Outro importante órgão no campo do patrimônio e dos museus é o Conselho Internacional de Museus - ICOM . O ICOM ajuda a definir as linhas mestras que influenciam as práticas desenvolvidas pelos profissionais de museus. O Brasil faz parte do ICOM desde sua criação, auxiliando na definição de metas específicas a serem alcançadas (SANTOS, 2004).

O patrimônio cultural sob cuidados das instituições museológicas pode ser utilizado como “referência de memória por determinados segmentos sociais, ou ainda como recurso de educação, de conhecimento e de lazer para uma determinada coletividade” (CHAGAS, 2006, p.112).

Apesar do avanço ainda a muito o que se fazer em relação aos “Lugares de Memória” (NORA, 1993), pois há no país um número superior a 1.200 instituições de preservação, no entanto faltam dados quanto número exato, tipo e práticas desenvolvidas por eles. Mesmo que mais de 80% dos museus brasileiros serem instituições públicas, não existem levantamentos na esfera governamental, seja ela municipal, estadual ou federal (SANTOS, 2004).

Os museus tiveram um crescimento significativo ao longo do século XX, e a maior

¹⁵ Grifo nosso.

parte deles, isto é, 81,24% foi criada apenas nas últimas quatro décadas, sendo que o maior aumento ocorreu nos anos de 1980. Esse aumento na década de 1980 não foi caso isolado brasileiro, pois em diversas regiões do mundo o mesmo ocorreu, resultado de demandas mais localizadas no sentido de preservação do passado (SANTOS, 2004). Assim:

Poderíamos compreender o boom dos museus na década de 1980 tanto a partir de um processo de comercialização das narrativas e dos elementos simbólicos preservados pelos museus, que passaram a captar grandes investimentos e atrair um número considerável de visitantes, como a partir do fortalecimento de demandas específicas e locais, que diversificaram uma memória anteriormente calcada em narrativas nacionalistas autoritárias (SANTOS, 2004, p.59-60).

Levando em consideração que os estados que apresentam um maior número de museus por habitante são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, é preciso, se analisar outros elementos que influenciem o aumento do número de museus, relacionando ao desenvolvimento histórico e cultural de cada região (SANTOS, 2004).

Esses dados indicam que pequenos museus foram criados por autoridades locais. A Constituição de 1988, ao possibilitar uma maior autonomia dos governos municipais, certamente exerceu um papel importante a esse respeito. Ainda que estudos qualitativos fossem desejáveis para melhor caracterizar os novos museus municipais, acreditamos ser possível afirmar que em sua grande maioria trata-se de pequenas instituições que agregam objetos que, de alguma forma, dão destaque ao município no contexto nacional. De um modo geral, apresentam um acervo eclético, constituído de objetos de personagens locais, dos processos de colonização, de minérios ou mesmo da arte já consagrada como sendo nacional, seja ela erudita, seja popular (SANTOS, 2004, p.61).

Santos, coloca que faltam estudos qualitativos que forneçam instrumentos para melhor se avaliar o crescimento do número de museus e se isto reflete “interesses econômicos, políticas locais clientelistas ou, ainda, iniciativas de diversas comunidades em preservar sua memória” (SANTOS, 2004, p.63).

Julião (s.d.), apresenta que em linhas gerais, ao longo do processo de transformação do campo museal se promoveu “a reformulação de espaços físicos e de exposições, a adoção de critérios e procedimentos adequados de conservação e segurança dos acervos”, mas que principalmente o passo significativo foi a implantação de serviços educativos, focados no princípio da participação do público. A dilatação da noção de patrimônio e a globalização,

propiciaram a visualização do museu como espaço de criação e fortalecimento das identidades coletivas (JULIÃO, s.d., p.28).

Com os processos de emancipações e influenciados pelo contexto nacional e mundial cada município cria em momentos variados os espaços destinados a preservar sua história. Estes espaços de memória são comumente chamados de museus, sendo criados na maioria das vezes sem comprometimento comunitário, ficando estático e distante da população local, quando seu papel deveria ser de mantenedor dos laços identitários, como elo comunitário, tendo por fim último educar para história local, visando a preservação dos patrimônios locais.

Segundo Julião (s.d), no Brasil, o que se vê são os museus enciclopédicos, com temas dos mais variados e com acervo mais variado ainda, sua missão é voltada para diversos aspectos do saber e do país. Estes espaços, predominam no Brasil até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio seguindo uma tendência perceptível mundialmente. A superação deste tipo de espaço é influenciada pela superação das teorias evolucionistas que os sustentavam.

No entanto, no Vale do Taquari o que se nota é a manutenção desta tipologia de espaço, talvez devido a distância dos grandes centros difusores das novas tendências e pela falta de interesse dos gestores públicos, que não investem na dinamização destes locais. Os espaços de memória, permanecem como “cartão de visita”, porém são facilmente esquecidos no momento das escolhas de investimentos, dificilmente sendo prioridade dos órgão administradores.

Os museus que surgem principalmente a partir das décadas de trinta e quarenta trazem as marcas de uma museologia comprometida com a idéia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, e a coleta dos acervos privilegiam os segmentos da elite. Nas exposições percebe-se a apresentação de uma história factual e que evolui cronologicamente, o culto à personalidades locais, regionais e nacionais sem a intenção de proporcionar uma reflexão crítica (JULIÃO, s.d).

Já a partir dos anos oitenta, outros segmentos sociais e étnicos ganham vez e voz, como negros, indígenas, segmentos populares que até então eram vistos em uma perspectiva folclorizante. Sendo assim passam a ser incorporados pelo discurso e pela prática

preservacionista, deixam de ser apenas objetos de estudo, e passam a ser produtores de cultura e sujeitos da história. A modificação desses conceitos e princípios do patrimônio, que florescem no processo de redemocratização do país, repercutem na Constituição de 1988, quando são transformadas em direito do cidadão. Neste contexto e seguindo uma tendência internacional, o país vive um verdadeiro boom de museus, na década de oitenta (JULIÃO, s.d).

O significado dos museus altera-se diversas vezes com o passar dos tempos, talvez isto possa ser compreendido dentro da sua própria trajetória. Primeiramente coleções particulares, que acabam sendo abertas ao público, posteriormente o surgimento dos museus na sua concepção moderna, como instituições a serviço do público. Apesar de serem criados visando educar o povo e esta função é perceptível desde a Revolução Francesa, os museus, porém, mantiveram-se por longo tempo distantes do povo, como um lugar sagrado, indiferente a realidade das sociedades nas quais estavam inseridos e pouco atraentes para o público em geral (JULIÃO, s.d).

Talvez exatamente pelo colocado acima, sofreram uma crise profunda a partir da década de sessenta, onde as críticas mais radicais giravam em torno da democratização das instituições políticas, educativas e culturais. É neste período que inicia-se um processo de transformações nos museus, com o público tornando-se centro de suas preocupações. Em nenhum outro momento, o papel educativo e a relação do museu com a comunidade foram assuntos centrais no pensamento e nas práticas museológicas, como neste período (JULIÃO, s.d.).

Em diagnóstico realizado, em 2007, pelo Centro de Memória Documentação e Pesquisa da Univates¹⁶, constatou-se que a região do Vale do Taquari, em âmbito público, possui 13 Museus e 10 Casas de Cultura. Porém, não se tem dados quanto a data de criação de cada instituição, para relacioná-las com as transformações no campo museal.

Se for levado em consideração que a região apresenta uma grande concentração populacional e de municípios para uma área geográfica de 4.821,1 Km², bem como toda diversidade cultural apresentada no decorrer do presente artigo, este número pode ser considerado pequeno e não condizente com o potencial regional.

¹⁶ O diagnóstico foi Coordenado pela Prof^a. Dr^a. Neli T. G. Machado e encontra-se no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates – CMDPU.

O Vale do Taquari tem perspectivas de crescimento e como já exposto um potencial enorme relacionado com sua história. Porém, o que se verificada nos municípios são espaços “enciclopédicos”, “lugares de coisas velhas”, que não apresentam nenhum referencial contextual, com problemas quanto a conservação e proteção do acervo que os constitui. Estes espaços devido até mesmo a falta de informação e formação dos responsáveis apresentam coleções que só servem como material de exposição e, representam geralmente só uma entidade ou apenas um grupo étnico, indo em sentido contrario as novas tendências museais.

2.4 A Arqueologia enquanto ciência e sua inserção na legislação mundial e nacional

Até a segunda metade do século XX, a Arqueologia no Brasil era praticamente realizada de forma amadora. A arqueologia brasileira amplia seu espaço, principalmente com o PRONAPA a partir da década de 1960 e somente nas últimas três décadas do século passado, que a Arqueologia transformou seu status de ciência auxiliar para conseguir autonomia, criando seu próprio corpus teórico e métodos de pesquisa, o que vai refletir na legislação que precisa contemplar o aperfeiçoamento e especificidades da área (LINO, 2009)

As mudanças no campo científico, a implantação de centros de pesquisa, a “profissionalização” das atividades dos arqueólogos, agem para criação de leis específicas, indo de acordo com o que acontece no mundo onde a arqueologia também segue a tendência de aprimoramento e tem seu auge principalmente no século XX.

Os documentos analisados abaixo, tratam da definição, proteção, pesquisa, e conservação do patrimônio arqueológico, seja internacional ou nacional e demonstram o avanço na questão da proteção do patrimônio arqueológico, especialmente pré-colonial.

A portaria nº 7/88, regula os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia das pesquisas de campo e intervenções/escavações arqueológicas no território nacional. Considerando os órgãos responsáveis e procedimentos de solicitação e apresentação de relatórios. A Carta de Lausanne de 1990, visa além de divulgar a valorização do patrimônio arqueológico mundial, estabelecer critérios para sua proteção em âmbito, mundial, nacional e local. A portaria nº 230/02, trata dos procedimentos necessários a obtenção de licenças

ambientais em áreas de empreendimentos que impactem direta ou indiretamente o patrimônio arqueológico nacional, tanto em empreendimentos que afetem em caso de urgência ou não este patrimônio.

A Carta de Lausanne é um documento mais abrangente, que trata da conceituação da cultura material arqueológica e dos sítios enquanto patrimônio, da sua valorização para construção de identidades e laços identitários. Aponta questões quanto ao trabalho do arqueólogo e os dilemas das intervenções, devido a destruição dos sítios.

Já as duas portarias tratam de regulamentar procedimentos em território nacional envolvendo o patrimônio arqueológico. A portaria nº 230/02, leva em consideração a portaria nº 7/88, pois ambas se referem a intervenções em sítios arqueológicos.

A motivação da publicação da Carta de Lausanne, foi o sucesso da Carta de Veneza de 1964, que trata da conservação e restauração do patrimônio histórico, que passou a ser guia nos procedimentos deste patrimônio. No entanto, tanto a carta de Lausanne, quanto as portarias nº 7/88 e 230/02, tem suas origens na carta de Nova Dehli de 1956.

Cada um destes dispositivos foi influenciado pelo contexto, político, econômico e cultural no qual estava inserido. A portaria nº 7/88 veio complementar a constituição federal que abrangia o patrimônio arqueológico como parte da cultura nacional, mas visava gerir os procedimentos de intervenção em relação as pesquisas de campo etc. Já a portaria 230/02 veio suprir as deficiências quanto aos procedimentos relativos as intervenções em áreas de sítios arqueológicos pelos empreendimentos motivados pelo desenvolvimento, principalmente urbano, que tornaram-se um problema.

A Carta de Lausanne de 1990, visava englobar em um único documento recomendações a respeito do patrimônio arqueológico, vindo no embalo de outras cartas recomendatórias de outros campo. As cartas internacionais serviram como base para implantação de legislações específicas em diversos países, este era seu papel ao qual cumpria de forma satisfatória.

Importante destacar que os três documentos acima tratados definem e visam valorizar o patrimônio arqueológico como parte do conjunto patrimonial, seja nacional ou mundial. E os três documentos no Brasil, refletem o período em que a arqueologia, começa a ser reconhecida e ganha força como ciência.

A definição do que é patrimônio brasileiro, incluindo o arqueológico passa também por alterações no decorrer dos anos, no entanto, apesar de alguns avanços ainda se esta longe de uma definição que englobe e proteja adequadamente a gama de representações culturais do país.

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em seu primeiro artigo, entendia que constituía o patrimônio histórico e artístico nacional “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Estes bens só seriam considerados como pertencentes ao conjunto de patrimônios brasileiros se estivessem inscritos nos quatro Livros do Tombo, a saber, Livro do Tombo **Arqueológico**¹⁷, Etnográfico e Paisagístico, Livro Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes, Livro do Tombo das Belas-Artes.

Importante também que em 1937, já se incluía a preservação dos bens naturais, questão que ainda hoje merece campanhas de educação para ser compreendida.

Esta primeira disposição legal de preservação do patrimônio pode ser considerada atual e abrangente, mesmo que sofra posteriormente alterações significativas, que vão englobar pontos muito significativos do patrimônio cultural nacional.

A Constituição Federal (05 de Outubro de 1988), no artigo 216, do seu terceiro capítulo, que trata da Educação, da Cultura e do Desporto na seção II que trata especificamente da Cultura, altera o conceito de patrimônio, que passa a ser considerado,

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações Artísticos-culturais

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico**¹⁸, Paleontológico, ecológico e científico.

¹⁷ Grifo nosso

¹⁸ Grifo nosso

Em 1988, aparecem termos muito importantes como memória, identidade, assim como consta a inclusão dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Deixam de fazer parte do conjunto do patrimônio somente os bens provenientes da elite política e econômica, para o “popular” ter espaço.

Os termos material e o imaterial substituem os bens móveis e imóveis, que limitavam consideravelmente a significação do que era patrimônio. Bem como ampliam o conjunto do patrimônio ao englobarem os saberes e fazeres, em substituição a supremacia das estruturas principalmente arquitetônicas.

Com a alteração de 1988, é que é possível perceber o quão limitado era a definição anterior, porém para época, 1937, pode-se sim considerar o decreto lei nº 25 um grande passo na proteção e valorização do patrimônio nacional.

A disposição legal mais atual que trata sobre o patrimônio cultural brasileiro é a lei que institui o Estatuto de Museus (lei nº 11.904, 04.01.09), pois ao visar legalizar e gerir as instituições que tem sob sua guarda grande parte do patrimônio nacional, precisa definir o que entende como patrimônio. Sendo assim considera em seu 5º artigo, § 1º que os bens culturais passíveis de musealização são “os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Nota-se nesta definição a junção do decreto lei nº 25 e do artigo 216 da constituição federal de 1988, reaparecendo os termos bens móveis e imóveis, e deixa subentendido no termo “portadores de referência” os saberes e fazeres e toda subjetividade das ações humanas, ligando a memória, a identidade, ao ambiente e a cultura.

Importante destacar que aparece o termo cultura, que não era referenciado nas disposições anteriores. Este termo amplia enormemente as possibilidades do patrimônio, pois permite a inclusão do que existe e do que possa vir a existir por estar em constante alteração, assim permitindo que a definição de patrimônio também esteja em constante transformação.

2.5 Cultura material pré-colonial enquanto patrimônio na contemporaneidade

Como já exposto acima, a arqueologia esteve presente desde o princípio da definição do que seria o patrimônio nacional brasileiro. Apesar de ter sido suprimida por outros elementos, seu processo de consolidação enquanto campo de pesquisa e como “reveladora” da história sem escrita e de parte do patrimônio nacional, não parou.

A arqueologia e seu objeto de estudo estão bem detalhados por Pesez (1990), que compreende a cultura material além da sua materialidade,

Por outro lado, se a cultura material se exprime em e por objetos, a arqueologia tem a ver com ela. A arqueologia também pode ser definida como a ciência dos objetos. Contudo, é claro, que o termo objeto seja entendido de maneira bastante ampla para englobar as construções e a terra revolvida; contudo também, que se afaste o objeto isolado ou as coleções arbitrárias. A arqueologia desvenda vestígios relacionados a outros elementos, associações de fatos, os mesmos que a cultura material estrutura. Além disso, através dos objetos é do homem que ela trata. “As coisas e os homens” também poderia ser o programa da arqueologia. Claro, não há adequação total entre cultura material e arqueologia. Um vaso não é apenas técnica e uma função utilitária. Ele também corresponde – por sua forma, eventualmente por sua decoração – a escolhas que não são mais de ordem infraestrutural; ademais, ele pode ter uma significação social e pode ser testemunha de um sistema de relações econômicas. Não há qualquer razão para que a análise da arqueologia recuse esses desdobramentos (PESEZ, 1990, p.204).

A cultura material produzida pelo homem, nos diferentes momentos da história e as vezes único testemunho de sua trajetória, tem uma durabilidade que costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, podendo ser reutilizada, readaptada, tornando-se somente por este motivo apta a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente. Os objetos carregam em si sua própria trajetória e sua própria história (MENESES, 1998).

Lemos, também destaca que é preciso sempre prestar atenção às relações que existem “entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza” (2006, p.11).

Muitas vezes, alguns daqueles objetos triviais de todo dia se diferenciam de seus iguais devido ao fato de terem participado de eventos que se convencionou chamar de históricos. Passam a ter uma respeitabilidade que os demais não possuem. É a sacralização do objeto (LEMOS, 2006, p.20).

Nota-se a continuidade da valorização dos vultos históricos, dos representantes das histórias locais, da identificação com as peças familiares ou que representem uma história passada comum. A pré-história, continua sendo vista como algo muito distante, como um tempo de selvageria que foi superado e não deve ser vanglorizado.

Aliás, sempre os objetos fora de uso despertam a curiosidade e sugerem sejam guardados em coleções museológicas. Para muita gente mesmo, artefatos ultrapassados, de qualquer natureza que sejam, é que verdadeiramente constituem o Patrimônio Histórico e Artístico, isto é, tudo aquilo que por não prestar mais pode ser guardado como testemunho. Os bens culturais em uso, aqueles do presente, não merecem nunca o olhar protetor (LEMOS, 2006, p.32).

Lemos, também coloca que em geral, são guardados os objetos e as construções da classe poderosa. Foram guardados os artefatos de exceção e em consequência perderam-se os bens culturais usuais e corriqueiros do povo. Neste aspecto, incluem-se a cultura material pré-histórica. Considera ainda que a preservação desses bens diferenciados levam a uma visão distorcida da memória coletiva, pois por serem excepcionais não teriam efetiva representatividade (LEMOS, 2006, p.22).

Existe uma relação inerente entre a história, a memória e os Lugares de memória/museus, como apresenta Nora (1993),

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (1993, p. 09).

É nesta relação, entre a memória, a história e os lugares de memória, que surge a questão do que, como e para quem preservar e no caso específico da cultura material pré-colonial esta questão torna-se mais difícil.

Pode-se dizer que a partir da ampliação do conceito de “patrimônio”, produz-se também outro problema de origens étnicas e culturais. Os bens culturais frutos da arqueologia pré-colonial são colocados em cheque na sua função de patrimônio. Nota-se isto por exemplo

no âmbito escolar, onde o ceticismo acompanha a identificação dos bens culturais da arqueologia pré-colonial enquanto patrimônio (FIEGENBAUM et al, 2009).

Uma questão de identidade, sem nenhuma dúvida, em que o ensino de história, nas escolas, geralmente, visa a contribuir na manutenção desta deformidade. Nesta concepção limitada e ideológica de patrimônio, aquilo que deve ser lembrado, em primeiro plano, diz respeito à grandeza, aos grandes, aos progressos da construção (pedra, argamassa, tijolo, etc), às manifestações da arquitetura travestidas de poder. Segundo Funari e Pinsky (2002, p. 9) “às vezes, a solenidade atribuída ao termo patrimônio sugere que dele façam parte apenas os grandes edifícios ou as grandes obras de arte, mas o patrimônio cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano” (FIEGENBAUM et al, 2009, p.2).

Neste sentido os objetos estudados pela arqueologia e que muitas vezes acabam nos museus municipais, como “peças de museu”, passam por diferentes apropriações. Em alguns casos, sua representação do passado, como elemento do contexto a que pertenceu é efetivamente apreendida. Sua materialidade é transposta e o homem por trás da peça é sentido, assim como todas as relações sociais e econômicas em que este estava envolvido. Porém, o mais comum é essas “peças de museu” serem percebidas apenas como objetos de curiosidade, peças exclusivas e distantes, sem relação com o indivíduo que a observa.

Levando-se em consideração o contexto acima abordado no próximo capítulo será apresentado o caso específico dos três locais selecionados para este trabalho nos municípios de Arvorezinha, Lajeado e Taquari.

3. A CULTURA MATERIAL PRÉ-COLONIAL EM MUSEUS MUNICIPAIS DO VALE DO TAQUARI/RS: TRÊS LOCAIS DE ESTUDO

3.1 Museu de Arvorezinha: Museu Municipal de Arvorezinha

Arvorezinha localiza-se na região alta do Vale do Taquari, ao norte. No período pré-colonial foi habitada por grupos com base econômica de subsistência na caça e coleta. A comprovação se dá pela existência em um município vizinho, Ilópolis, na localidade de San Valentim, que faz divisa política com Arvorezinha, da ocupação dos grupos construtores das “Casas subterrâneas”, Sítio RS T 100¹⁹. Por ser uma área de morros, com terreno mais acidentado a ocupação se deu por grupos de caçadores-coletores e a predominância de cultura material pré-colonial encontrada nas propriedades é o material lítico.

No período histórico, Lino de Mattos Figueira, teria sido o primeiro morador, dando nome a localidade de Alto da Figueira. O povoado teria tido início com a chegada de outros descendentes de portugueses, a saber, Francisco Floriano e João Luiz Ferreira. Já no início do século XX a região começa a receber maior número de migrantes europeus, oriundos de colônias já estabelecidas como Bento Gonçalves e Garibaldi, etc.. Chegaram principalmente imigrantes Italianos, cujos descendentes compõem 95% da população atual, seguidos de Austríacos, Portugueses, Negros e Alemães (HISTÓRIA..., 2009; FRANÇA & SANSON, 197?).

O Município teve sua denominação alterada diversas vezes, sendo a primeira Alta Figueira, passando por Figueira Alta e apenas Figueira, porém por meio de um decreto do Governo Estadual, que determinava que deveriam ser extintos os nomes iguais, surgiu Arvorezinha, decreto nº 7.589, de 29 de novembro de 1938, com referência à pequena Figueira localizada ao lado da Igreja Matriz. Em 30 de novembro de 1958 realizou-se um plebiscito,

¹⁹ Banco de Dados do IPHAN. Disponível em: http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em 15 ago. 2010.

onde ficou decidida a criação do novo município, com sede em Arvorezinha, o Decreto-lei nº 3.717/59, foi assinado pelo então governador Leonel de M. Brizola dando autonomia municipal à Arvorezinha desmembrando-o de Encantado e Soledade (HISTÓRIA..., 2009; SANT'ANA, 2009).

Quanto ao aspecto cultural e mais especificamente em se tratando de um museu municipal, o município, criou e instalou um museu na década de 1980, no entanto não foram encontradas informações sobre o histórico do seu processo de criação no site da prefeitura, em materiais bibliográficos, ou na pesquisa de campo realizada.

Atualmente (30.06.2010) o museu passa por reformulações, e nenhuma peça encontra-se em exposição para o público. Todo acervo está guardado em uma espécie de reserva técnica, aguardando o planejamento das ações referentes ao museu. Importante frisar que o acervo passou para estas instalações, sede própria, faz 5 meses, anteriormente estava exposto em um espaço alugado pela prefeitura.

3.1.1 Diagnóstico do espaço e acervo

As informações a seguir foram coletadas na pesquisa de campo realizada no Museu Histórico Municipal, do município de Arvorezinha/RS, no dia 30 de junho de 2010. Auxiliaram na realização do Diagnóstico de espaço a equipe da Secretaria de Turismo e Cultura, na pessoa da Assessora Geral e Produtora Cultural, Jaqueline Merlin.

A denominação oficial do Museu é Museu Histórico Municipal. Atua diretamente no Museu a funcionária da Biblioteca, Michele de Azevedo, mas toda equipe da Secretaria é responsável pelo local. No momento como já explicitado, o museu não está aberto ao público, pois está passando por reformulação. A funcionária está fazendo cursos de capacitação para atuar no espaço do museu.

A Museu Histórico Municipal, localiza-se na Rua Barão do Triunfo, 569 - Centro, no município de Arvorezinha/RS. Os meios de contato e futuros agendamento de visitas são pelo fone: 51 3772-2368 ou pelo mail: turismo@arvorezinhars.com.br.

A instituição está legalmente constituída, pela Lei de Criação nº 480/80 de 07 de

outubro de 1980. A instituição não possui Plano Museológico, deste modo não há uma missão definida, no entanto na Lei de criação ficam claros os objetivos do Museu, como segue,

Art. 1º – É criado o Museu Histórico do Município, órgão diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, com atuação no setor social e cultural, tendo como finalidade:

- a)-reunir e colecionar pelas[peças] e documentos de valor e interesse histórico, relacionados direta ou indiretamente com o Município de Arvorezinha;
 - b)-organizar o arquivo de documentos de interesse para o registro da história do Município;
 - c)-proporcionar aos setores educativos e a todos os interessados informações relacionadas com a vida histórica do Município;
 - d)-desenvolver outras tarefas correlatas.
- (ARVOREZINHA, Lei nº 480/80).

Como se pode verificar subentende-se como missão do museu contar e preservar a história municipal. Quanto ao acervo não há informação quanto ao número total do acervo, pois não há um livro de registro das peças. Estima-se que o acervo gire em torno de 100 peças. Em visita anterior realizada ao museu em 2003, quando este estava em outro local, verificou-se a existência de maior número de peças, no entanto na mudança de sede, uma parte do acervo foi descartada.

Quanto a tipologia, o acervo abrange principalmente mobiliário, roupas, maquinas, armas, utensílios de trabalho, lavoura e domésticos em geral, material arqueológico, documentos, fotografias, jornais e radios também não sendo possível quantificar os diferentes tipos, devido a ausência de livro tombo.

Quanto ao material arqueológico, foi encontrada somente 01 (uma) peça, sendo um machado polido. O material não esta identificado como peça arqueológica, aparecendo o nome do doador e a informação, “Um tipo de pedra”, sem referencia a procedência. O material encontra-se guardado junto ao material histórico, como moedor de pimenta, e louças. Apesar da região ser propicia a ocupação por caçadores e coletores e construtores das casas subterrâneas, a peça de lítico polido, é associada a presença de grupos horticultores da tradição tupiguarani.

Na mesma visita realizada em 2003, foi constatada a existência de outros materiais arqueológicos, inclusive panelas inteiras de cerâmica, no entanto estes não fazem mais parte do acervo atual do museu.

O prédio onde localiza-se o Museu esta bem preservado e é de responsabilidade e

propriedade da Prefeitura Municipal. Até cerca de 5 meses antes da visita para esta pesquisa o prédio ainda abrigava a prefeitura municipal, mas esta mudou-se para o novo centro administrativo. A casa possui 2 pavimentos, que abrigam o Complexo Cultural, onde funcionam todas as áreas voltadas ao turismo e cultura. Espaço para cursos de música, coral, organização dos eventos do município como Natal no Morro e Femate.

Jaqueline salientou que tudo que se refere aos assuntos culturais é decidido pelo Conselho Municipal de Cultura, grupo de 24 pessoas, sendo 6 do poder público e o restante representantes de entidades civis. Nada é feito sem o consentimento deles, que depois de elaborarem um parecer encaminham ao poder executivo, que aplica ou não, dentro das possibilidades.

Ressalto que o Museu, está passando por reformulações, neste novo espaço destinado a Cultura e Turismo do município. Deste modo ainda não possui, Reserva Técnica e Laboratório, nem salas de exposições distintas, mas segundo foi dito, pela equipe responsável, fazem parte dos planos de adequação do Museu.

De forma geral as peças não possui identificação e nem contextualização de seu uso e histórico, isto tanto para material histórico quanto pré-colonial, é evidente a supremacia do material histórico, no entanto a falta de informações desprestigia ambos tipos de acervos.



Imagem 06 - Fachada do Centro Cultural, onde será localizado o Museu Histórico Municipal de Arvorezinha, 2010.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 07 - Sala onde se encontra depositado o acervo do Museu Histórico Municipal de Arvorezinha. Em detalhe localização do material arqueológico, 2010.
 Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 08 - Visualização do espaço, onde se encontra o material arqueológico, juntamente com o restante do acervo do Museu Histórico Municipal de Arvorezinha, 2010.
 Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 1728x2304.



Imagem 09 - Detalhe do acervo pré-colonial do acervo do Museu Histórico Municipal de Arvorezinha, 2010.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.

3.2 Museu de Lajeado: Museu Histórico Bruno Born

A região do atual município de Lajeado, localizada na parte central do Vale do Taquari, foi intensamente povoada no período pré-histórico, grupos Tupiguarani e Kaingang que ocupavam o território e deixaram vestígios de sua estada. São peças cerâmicas e líticas, encontradas nas planícies próximas ao rio Taquari e que atualmente encontram-se acondicionadas ou em exposição no Museu de Lajeado e no Museu de Ciências Naturais da Univates.

Schierholt (1992)²⁰, apresenta informações sobre a passagem de Bandeirantes pela região na tentativa de apresamento indígena e em seguida a ocupação por meio de sesmarias concedidas a açorianos, onde destacam-se João Inácio Teixeira e José Inácio Teixeira, no ano de 1800. Neste contexto aborda sucintamente a presença africana escrava na região, partindo em seguida para colonização alemã a partir de 1849 e italiana a partir de 1882.

A partir desse período se estabelecem as empresas imobiliárias que vendem os lotes

²⁰ A principal obra, até o momento, sobre a história de Lajeado, foi escrita por Schierholt em 1992: SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: Povoamento-Colonizacao-Historia política**. Lajeado, RS: Prefeitura Municipal, 1992.

de terras aos colonos imigrantes germânicos. Para Lajeado destaca-se a empresa Batista & Fialho Cia, dividida em quatro partes como segue: uma pertencente a João Batista Soares da Silveira e Souza e sua esposa Ana Joaquina de Jesus, outra parte de Manuel Fialho de Vargas, que falece em seguida e sua parte passa a sua esposa Maria Rita de Andrade Fialho e as duas partes restantes de Antônio Fialho de Vargas, que era diretor da empresa e morador da Colônia, sendo de origem açoriana (SCHIERHOLT, 1992).

Talvez por ter sido o diretor da empresa que o nome de Antônio Fialho de Vargas, tenha se perpetuado com mais força como o fundador de Lajeado. É esta empresa que adquire as terras das sesmarias dos irmãos Teixeira, em data e circunstâncias indefinidas, no entanto tem-se a fundação da Colônia Conventos em 1855. O primeiro imigrante germânico a possuir terras nesta colônia foi João Luis Krämer em 1856 e Lajeado emancipa-se em 26 de janeiro de 1891 pelo Ato nº 57, desligando-se de seu município mãe Estrela, do qual era 2º distrito (SCHIERHOLT, 1992).

Não cabe neste trabalho apresentar todas as transformações pelas quais passou o município de Lajeado nem destacar todas as pessoas que participaram de sua história, deste modo justifico o resumo histórico apresentado acima e passo a criação do Museu de Lajeado, Museu histórico Bruno Born.

O museu foi criado em 1982, mas durante muito tempo seus objetos foram guardados no porão da prefeitura. Em 1994, passou a funcionar no Parque do Engenho. Por causa da excessiva umidade do local, foi transferido para a Casa de Cultura em 1998. O acervo do museu foi formado por doações feitas pela comunidade. Entre os 1,2 mil objetos estão armas, medalhas e utensílios domésticos que representam os hábitos e costumes dos colonizadores alemães e italianos do Vale do Taquari, em especial de Lajeado (MUSEU..., 2009a).

As informações contidas no *site* da prefeitura dão conta de que o museu visa retratar toda a história da cultura e vivência da comunidade lajeadense, estando o mesmo dividido em três salas localizadas na Casa de Cultura de Lajeado. As três salas são as seguintes: Sala da Família, Sala do Trabalho e Sala da Escola²¹(MUSEU..., 2009a).

A Casa de Cultura local de instalação do Museu é um prédio histórico da cidade, tendo sido inaugurado em 20 de agosto de 1900, para funcionamento da prefeitura Municipal

²¹ A sala da escola, não existe mais, conforme informações repassadas na pesquisa de campo realizada no dia 23 de abril de 2010.

e tombado em 1984, passando a denominar-se oficialmente de Casa de Cultura. Atualmente funciona no local além do Museu a Secretaria de Cultura e Turismo do município (MUSEU..., 2009a).

Recentemente o Museu Histórico Bruno Born²², que leva o nome de um ex-prefeito da cidade recebeu a certificação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). A instituição recebe cerca de seis mil visitantes ao ano (MUSEU..., 2009a).

3.2.1 Diagnóstico do espaço e acervo

As informações a seguir foram coletadas na pesquisa de campo realizada no Museu Histórico Municipal Bruno Born, do município de Lajeado/RS, no dia 23 de abril de 2010. Auxiliaram na realização do Diagnóstico de espaço a atual coordenadora da instituição, Maria Mirta Majolo e Teresinha Godoy Knecht, funcionária da instituição.

A denominação oficial do Museu é Museu Histórico Municipal Bruno Born. Atuam enquanto equipe no local 2 (duas) pessoas, as acima citadas, ambas são formadas em história e sempre que possível realizam os cursos oferecidos pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.

O Museu Bruno Born, localiza-se na Rua Borges de Medeiros, 285 - Centro, no município de Lajeado/RS. Os meios de contato e agendamento de visitas são pelo fone: 051 3982-1081 ou pelo mail: cultura2@lajeado-rs.com.br.

A instituição esta legalmente constituída, pelo Decreto nº 1.968 de 05 de abril de 1982 e o prédio foi tombado em 1984, como já exposto acima. A instituição não possui Plano Museológico, deste modo não há uma missão definida, no entanto no seu Decreto de criação

²² “**Born, Bruno** - Deputado estadual constituinte, com destacada votação em Estrela, nas eleições de 19-1-1947, pela UDN. Repercutiu na Assembléia seu discurso sobre o Alto Taquari, provando a necessidade da construção de uma ponte sobre o rio Taquari, ligando Estrela-Lajeado, cf **Diário de Notícias**, de 12-7-1949, p. 9. Encaminhou à consideração da Assembléia *um requerimento, no sentido dela se dirigir à bancada gaúcha federal e aos nossos senadores solicitando seu empenho junto à Comissão de Finanças para que seja consignada no orçamento do próximo ano a verba destinada à construção da referida ponte, calculada, a bruto modo, em 15 milhões de cruzeiros*. A ponte foi inaugurada quase 12 anos depois. Duas vezes prefeito municipal de Lajeado, foi suplente de deputado federal, com considerável número de votos em Estrela, assumindo em 1957, ano em que foi nomeado diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. * 25-10-1903, em Cruzeiro do Sul, f. Júlio Frederico Born (* 20-12-1873 e + 2-2-1948) e Maria Emília Haesbaert, e + 14-3-1973, em Lajeado, cc Olga Neumann” (DICIONÁRIO DE ESTRELA, 2010).

ficam claros os objetivos do Museu, como segue,

Art. 1º – Fica criado o Museu de Lajeado, o qual se destina a divulgação do acervo reunido e das pesquisas realizadas sobre os elementos culturais em seu processo histórico na dinâmica espacial de Lajeado.

Art. 2º – O Museu de Lajeado tem como objetivos: a) pesquisar assuntos históricos que influíram na população de Lajeado localizando-os e analisando-os a fim de preservar o patrimônio cultural. b) estudar os fenômenos físicos e biológicos do espaço geográfico do Município de Lajeado, determinando suas causas, comparando-as entre si e estabelecendo as relações. c) preparar e divulgar bibliografia especializada sobre o Município; d) reunir, conservar, restaurar peças de interesse histórico, cultural e artístico para o Município. e) elaborar e receber colaboração de instituições análogas visando ao aperfeiçoamento progressivo da divulgação e da pesquisa do patrimônio histórico, cultural e artístico de Lajeado. f) organizar cursos de interesse para a divulgação e pesquisa do patrimônio urbano, composto pelas áreas de atividades referidas no parágrafo único do art. 3º deste Decreto.

Art. 3º – O Museu de Lajeado integra a estrutura-geral da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, vinculado à Divisão de Cultura.

Parágrafo Único – Entre outras atividades de caráter cultural que poderão ser desenvolvidas, o Museu se ocupará das seguintes áreas: a) Área de Pesquisa Científica b) Área de Difusão Cultural c) Área de Preservação (LAJEADO, Decreto 1.968/82).

O acervo não possui quantificação exata, pois o livro tomo esta sendo refeito. Calcula-se que o acervo gire atualmente em torno de 700 peças, dessas, 400 estão efetivamente catalogadas, com procedência e doação. Segundo as Sras. Mirta e Teresinha, algumas peças do acervo foram repassadas ao Parque Histórico de Lajeado, para mobiliar e caracterizar as casas.

Quanto a tipologia o acervo abrange, principalmente mobiliário, material arqueológico, roupas, maquinas, armas, utensílios domésticos em geral, também não sendo possível quantificar os diferentes tipos, devido ao livro tomo estar sendo refeito.

Quanto ao material arqueológico, foram encontradas 19 (dezenove) peças, sendo 01 Vasilha (Corrugada); 03 Vasilhas pequenas (ungulada, corrugada e lisa); 03 Fragmentos de parede (escovada, lisa, corrugada); 07 Machados polidos; 02 Líticos, sem identificação; 01 Cachimbo; 02 Boleadeiras. O material possui como registro de procedência, para todas as peças arqueológicas, a cidade de Marques de Souza, que fazia parte do território de Lajeado, e Vila Fão que é distrito de Marques de Souza. Todas as peças, estão numeradas sob o mesmo código. O material encontra-se exposto, na Sala do Trabalho, juntamente com o material

histórico e apenas com informações gerais e sem caracterização individual das peças. Pela tipologia das peças, cerâmica com tratamento de superfície variado e lítico polido, essas evidências identificam a presença de grupos horticultores da tradição tupiguarani.

Segundo a coordenadora da instituição, o Museu possuía grande quantidade de material arqueológico pré-colonial, mas em 2002, este acervo foi devolvido a Univates, pois estava emprestado por esta instituição. Segundo o livro de registro de peças do Setor de Arqueologia da Univates (2010), são 709 peças arqueológicas, que foram trazidas do Museu de Lajeado.

O prédio onde localiza-se o Museu esta bem preservado e é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. A casa possui 3 pavimentos, porão com uma sala de exposição, e salas para curso e almoxarifado, 1º pavimento com salas disponibilizadas ao Museu Municipal e 2º pavimento onde funciona a Secretaria de Cultura e Turismo do Município.

O Museu possui uma sala para Reserva Técnica onde também funciona o Laboratório para conservação das peças. A Casa de Cultura disponibiliza 05 (cinco) salas para o Museu: 1ª – Reserva Técnica e Laboratório; 2ª – Antiga Sala da Escola, atualmente sem denominação, com mobiliários de quarto e sala de uma casa, cama, armários, piano; 3ª – Sala denominada Sala da Família, com mobiliários e utensílios; 4ª – Sala denominada Sala do Trabalho, com maquinas de trabalho, armas e etc...; 5ª – Sala do Presídio, que fica no subsolo, onde era o primeiro presídio de Lajeado, não possui acervo exposto.

De forma geral as peças em exposição não possui identificação e nem contextualização de seu uso e histórico, isto tanto para material histórico quanto pré-histórico. Os espaços possuem certa organização e possibilitam uma boa circulação dos visitantes entre o acevo, mas é evidente a supremacia do material histórico, no entanto a falta de informações contextualizadas é verificada em ambos tipos de acervos.



Imagem 10 - Fachada do Museu Histórico Municipal Bruno Born de Lajeado/RS.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 11 - Sala onde encontra-se o acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 12 - Expositor onde encontra-se o acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 1728x2304.



Imagem 13 - Visualização aproximada do material cerâmico do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 14 - Visualização aproximada do material lítico do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.
 Fonte: Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 15 - Detalhe da legenda explicativa que está junto ao material lítico do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.
 Informações da legenda: achados arqueológicos foram encontrados em diferentes pontos do Vale do Taquari, que nos permitem identificar e caracterizar a maior parte dos indígenas que habitavam o território antes da chegada dos primeiros portugueses como sendo do grupo tupi-guarani. Isso porque as peças encontradas possuem as mesmas características daquelas encontradas em outros diferentes sítios arqueológicos da cultura Guarani, no Rio Grande do Sul e outras partes do território brasileiro.
 Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título.** 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.



Imagem 16 - Visualização da localização da vasilha de cerâmica do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 1728x2304.



Imagem 17 - Visualização aproximada da vasilha de cerâmica do acervo pré-colonial do Museu Histórico Bruno Born de Lajeado/RS, identificada como “Urna Funerária”. Informações legenda: Os índios praticavam seu ritual de morte: Os mortos eram enterrados junto aos seus cães, que eram sacrificados. Junto à cova depositavam as armas. A sepultura era coberta por um monte de terra e sobre ela colocavam um pote de bebida e acendiam uma fogueira, a qual não podia apagar durante um certo tempo. Os índios encaravam a morte como um ritual: envolvia velório e enterro do cadáver, que num primeiro momento era enterrado no chão em posição fetal. Após sua decomposição eram colocados nas igaçabas (urnas funerárias) e novamente enterrados. Esse procedimento não era regra, podendo obedecer a um caráter hierárquico. Acreditavam que após a morte o espírito do corpo enterrado rondavam as crianças até que elas adquirissem espíritos próprios.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 1728x2304.

3.3 Museu de Taquari: Casa Costa e Silva

A área geográfica que compreende atualmente o município de Taquari, localizado na parte baixa do Vale do Taquari ao sul, assim como seus municípios circunvizinhos, todos desmembrados de suas terras, no período pré-histórico foram intensamente povoados por grupos indígenas. Pelas características geográficas de extensas planícies é provável a ocupação por grupos horticultores, mas sem descartar a passagem de grupos caçadores-coletores em período mais antigo ou até mesmo concomitante.

No século XVIII e XIX, Taquari compreendia o que atualmente se conhece como a região do Vale do Taquari. Primeiramente esta área foi concedida em forma de sesmarias e mesmo antes da chegada dos primeiros casais açorianos, já estavam estabelecidos pelo menos dois bandeirantes paulistas que em suas andanças resolveram se instalar por estas terras. São eles Luís Vicente e Serafana (FARIA, 1981)

Oficialmente o município começa a ser povoado na década de 1760, com envio de casais açorianos pela metrópole, que tinha muito interesse na ocupação efetiva da região, pelos motivos já expostos no primeiro capítulo deste trabalho. A Freguesia de Taquari é criada no ano de 1764, por ordem do governador José Custódio de Faria. No ano de 1803 a freguesia contava com 916 almas e 46 anos depois, em 1849 emancipa-se de Triunfo, sendo que no ano de 1858 o município já contava com 9.932 almas, destas 2701 são de escravos (FARIA, 1981; HISTÓRICO..., 2010)

Taquari emancipou-se em 1849 e tornou-se um dos maiores municípios do Rio Grande do Sul em relação à área territorial. Como consequência, pelo menos 12 outros surgiram a partir dele, emancipados direta ou indiretamente. [...] É uma das mais antigas do Estado e mãe da maior parte das que formam o Vale. A cidade se constituiu com a chegada de casais açorianos e recebeu também imigrantes alemães, italianos, africanos e de outras etnias. É berço de boa parte da história social, cultural, econômica e arquitetônica do Estado. Os casarões no estilo colonial açoriano são preservados intactos, outros foram restaurados (MUSEU, 2009b, p.30-31).

Entre as diversas casas da cidade uma é especial, a que abriga o Museu da cidade, trata-se da casa da família Costa e Silva. Nesta residência nasceu o ex-presidente do Brasil Arthur da Costa e Silva, no dia 3 de outubro de 1899, tendo falecido no Rio de Janeiro em 17 de dezembro de 1969, governou o país no período de 1967 a 1969 (MUSEU, 2009b).

A família do ex-presidente Costa e Silva doou ao município a casa juntamente com muitos pertences em 1985 e o tombamento como patrimônio histórico ocorreu no mesmo ano, quando o espaço passou por restauração. O documento certificando como patrimônio histórico foi expedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (MUSEU, 2009b).

A casa que abriga o Museu Costa e Silva tem data de construção incerta. Hoje, é local para múltiplos usos. O prédio foi construído no estilo barroco, mas sofreu modificações, influenciado pelo estilo luso-açoriano, com característica colonial. Dividido em nove cômodos, tem 12 janelas e nove portas. Possui um sótão, originalmente dividido em dormitório e atualmente utilizado para exposição de quadros e documentos. O porão, espaço designado para os escravos da família, virou lugar dos personagens ilustres do município. Por algum período a casa ficou desabitada. A iniciativa de preservar o imóvel partiu do Rotary Club de Taquari, que lutou para instalar ali a sede da histórica biblioteca municipal, criada em 1912. Começa nesse momento uma grande mobilização para conseguir fundos necessários para a recuperação do prédio. Em 1985, no governo do General João Batista Figueiredo, foi liberada a verba para restauração, e a construção passou a ser patrimônio do município, com a manutenção sob responsabilidade da Prefeitura de Taquari. Passou então a ter importante papel turístico, cultural e educacional. Dentro do prédio está guardada a memória do presidente e da família Costa e Silva, boa parte da história da cidade, do Estado e país (MUSEU, 2009b, p.30-31).

Quanto ao acervo do Museu fazem parte peças da história do município de Taquari, como o projeto da Praça da Matriz São José, datado de 14 de fevereiro de 1903, quadros da época da Intendência Municipal, de personagens históricos como Flores da Cunha, Getúlio Vargas e Floriano Peixoto. Em um dos espaços do museu encontra-se a Sala Açoriana João Bosco Mota do Amaral, onde encontra-se representada a identidade cultural do município, com trajes da época, vasta literatura e objetos trazidos pelos migrantes chegados da Ilha de Açores, de Portugal. Também no acervo há livros antigos contendo informações como relatórios dos contribuintes de Taquari, de compras de terras e de óbitos. O primeiro andar do prédio foi destinado à história de Costa e Silva. Na sala do presidente taquariense estão expostos uma mesa de madeira com seis cadeiras, chapeleira, cristaleira, relógio de mesa e a

biblioteca particular do presidente (MUSEU, 2009b).

Segunda dados da Secretaria de Turismo no primeiro semestre de 2009 foram registradas 2,5 mil vistas, provenientes de diversas partes do Brasil, grupos de alunos e de outros países. O Museu tem como objetivo, registrar e preservar a história do município no entanto é evidente a supervalorização da história do Ex-presidente Costa e Silva e da cultura açoriana (MUSEU, 2009b).

3.3.1 Diagnóstico do espaço e acervo

As informações a seguir foram coletadas na pesquisa de campo realizada na Casa Costa e Silva, do município de Taquari/RS, no dia 25 de março e 30 de setembro de 2010 ou enviadas, pela diretora da instituição, via e-mail no dia 31 de março de 2010 com o documento intitulado Release Casa Costa e Silva. Auxiliou na realização do Diagnóstico de espaço a atual diretora da instituição, Bruna Alves do Carmo, estudante de história e responsável a 01 (um) ano pelo local.

A denominação oficial do Museu é Casa Costa e Silva. Atuam enquanto equipe no local 6 (seis) pessoas de diferentes áreas: Educação infantil, Auxiliar de Escola, Educação Física e História.

A Casa Costa e Silva, localiza-se na Rua Conego Tostes, 1619, no município de Taquari/RS. Os meios de contato e agendamento de visitas são pelo fone: 051 36531266 R. 230 ou pelo mail: casacostaesilva@gmail.com.

A instituição, segundo as informações cedidas, esta legalmente constituída, com Lei de Criação, o prédio foi declarado de utilidade publica pelo decreto 70.824 de 10 de março de 1973 e seu tombamento realizado em 1979 pela Fundação Pró Memória em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Casa Costa e Silva passa a ser de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Taquari, no ano de 1985, ano oficial da fundação do Museu (CARMO, 2010).

Apesar dos contatos e visitas, ao Museu, Prefeitura e Câmara de Vereadores, não foi encontrada a doação legal da casa para o município, a documentação de tombamento do

prédio, bem como a Lei de Criação da Instituição. Também, não se teve acesso ao texto do Decreto nº 70.824.

A Casa Costa e Silva é considerada a Casa de Cultura da cidade de Taquari, sendo também vista como um dos pontos turísticos e culturais mais importantes. A Casa preserva em suas dependências o acervo do Presidente Costa e Silva e de sua família, a Biblioteca Pública Municipal, e a Sala açoriana Dr. João Bosco Mota Amaral (CARMO, 2010).

A instituição, ainda não possui Plano Museológico, que esta sendo elaborado, mas segundo sua diretora possui como missão pesquisar e preservar toda a cultura e história do município. O acervo não possui quantificação e nem registro de entrada das peças, com dados de procedência e doação, assim, não sendo possível precisar o número de peças que possui. Quanto a tipologia o acervo abrange, móveis, louça, material arqueológico, roupas, jornais, livros e fotografias, também não sendo possível quantificar os diferentes tipos. Porém conforme a diretora, Bruna A. do Carmo, é certo afirmar que a maior parte do acervo foi doado pela família do Ex. Presidente Arthur da Costa e Silva.

O prédio onde localiza-se a Casa Costa e Silva esta bem preservado e é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, tendo sido doado para servir de Museu em 1985. A casa possui 3 pavimentos, porão, 1º pavimento e sótão.

A Casa Costa e Silva não possui Reserva Técnica e seus cômodos estão divididos em 04 (quatro) salas de exposição da família Costa e Silva (1º Pavimento), 02 (duas) salas do município (Porão), 02 (duas) salas para o espaço açoriano (1º Pavimento), 02 (duas) salas para Biblioteca (1º Pavimento) e 01 (uma) sala de leitura (Sótão).

Quanto ao material arqueológico pré-colonial, foram encontradas 05 (cinco) peças, sendo 03 (três) machados polidos e 02 (dois) fragmentos de cerâmica. O material não possui registro algum de procedências e encontra-se exposto, na sala do município, “misturado” ao material histórico e sem qualquer informação ou caracterização das peças. Pela tipologia das peças, cerâmica corrugada e lítico polido, essas evidências identificam a presença de grupos horticultores da tradição tupiguarani.

Importante destacar que as peças em exposição não possuem identificação e nem contextualização de seu uso e histórico. Os espaços com melhor organização visual, são as salas açorianas e os espaços da família Costa e Silva. A salas do município abarcam uma

gama enorme de acervo, porém a importância destes se perde na falta de condições de exposição que confunde o visitante. A sala de leitura, possui uma mesa para este fim, estando também cercada de acervo.

Na visita realizada em 30 de setembro de 2010, foi possível verificar mudanças significativas na organização do Museu, bem como no acondicionamento, catalogação e quantificação do acervo. Estas alterações demonstram que o trabalho de adequação e revitalização do espaço, explicitado pela coordenadora da instituição em março de 2010, esta sendo cumprido.



Imagem 18 - Fachada da Casa Costa e Silva de Taquari/RS, 2010.
Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.;
2304x1728.



Imagem 19 - Visualização da Sala onde encontra-se o acervo pré- colonial da Casa Costa e Silva de Taquari/RS. Em destaque localização do material arqueológico, 2010.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 1728x2304.



Imagem 20 - Expositor onde encontra-se o acervo pré- colonial da Casa Costa e Silva de Taquari/RS, 2010.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 1728x2304.



Imagem 21 - Detalhe do material cerâmico e lítico do acervo pré- colonial da Casa Costa e Silva de Taquari/RS, 2010.

Fonte: SCHNEIDER, Patrícia. **Sem título**. 2010. 01 fot. digital. Color.; 2304x1728.

De forma sucinta, buscou-se apresentar o histórico dos municípios onde estão inseridas as instituições selecionadas, bem como o processo de formação dessas instituições. O enfoque principal era apresentar os resultados, por meio do diagnóstico de espaço, preenchido durante as visitas realizadas. No próximo capítulo será feita a discussão desses dados, a comparação entre as instituições e principalmente a apresentação da questão base desse trabalho, a cultura material pré-colonial é patrimônio? E para quem?

4. CULTURA MATERIAL PRÉ-COLONIAL E OS GRUPOS HUMANOS DO PRESENTE, PATRIMÔNIO PARA QUEM?

4.1 Analisando os três locais de estudo

Os três espaços, analisados segundo o Estatuto de Museus (2009), não se enquadrariam como Museus, apesar de serem reconhecidos pela comunidade como instituições desta natureza e serem criados para este fim. O Museu de Arvorezinha deve ser analisado de forma diferenciada por estar passando por ampla reformulação e não estar aberto ao público. Já os Museus de Lajeado e Taquari, apesar de possuírem espaços maiores e as salas estarem divididas por temáticas, e também serem reconhecidos pela comunidade como Museus, estão longe de serem multidisciplinares e cumprirem todas as funções estabelecidas para instituições com este fim.

Pode-se considerar os três museus municipais, como salas de exposição, com peças descontextualizadas e supremacia dos objetos históricos e sem controle de acervo por meio de livro tomo. Este quando há, não está completo. Lajeado e Taquari, estão atualizando ou registrando o acervo no respectivo livro, mas é preciso levar em consideração que tratam-se de instituições com mais de 20 anos de existência e este controle deveria de existir desde o início de suas atividades.

Os três museus analisados, possuem em seu acervo, material pré-colonial, no entanto este acervo em todos os casos encontra-se desprestigiado e descontextualizado. No Museu de Arvorezinha, foi encontrada somente uma peça lítica, localizada na sala onde o acervo encontra-se depositado para posterior reformulação. Não estando este objeto identificado como acervo pré-colonial.

No Museu de Lajeado, o material pré-colonial no total de 19 peças, está todo em exposição, com informações inadequadas sobre o acervo e descontextualizado junto ao acervo histórico na sala denominada “sala do trabalho”.

No Museu de Taquari, o acervo no total de 05 peças, está também todo em exposição e descontextualizado e assim como em Arvorezinha, não está identificado como pré-colonial.

As três instituições, possuem profissionais qualificados ou que estão se qualificando para atuarem adequadamente nestes espaços. No entanto, a sua atuação esbarra na falta de condições oferecida pelos administradores, ou Prefeitura, como, estagiários, orçamento próprio e espaço adequado e único para o Museu. Uma estrutura para colocarem em prática as exigências atuais da área da museologia.

Um dado muito importante é que os museus de Arvorezinha, Lajeado e Taquari, não possuem Plano Museológico. A falta desse instrumento, dificulta a ação dessas instituições, pois é por meio dele, que se define claramente a missão desses espaços e principalmente que se explica as formas de aquisição e descarte do acervo, uma das maiores dificuldades enfrentadas por estas instituições. O Plano Museológico serve como um guia para o dia a dia do museu e impede que criem-se situações que continuem entulhando os museus com peças que não enquadram-se, ou não tem relação com a missão do mesmo. Taquari, está elaborando seu Plano Museológico.

Os três museus visitados, mesmo tendo como objetivo retratar de forma geral toda história dos municípios em que estão inseridos, apresentam uma clara supremacia das peças do período pós-colonização européia. Esta situação demonstra, duas questões. Uma, a identificação da comunidade contemporânea com uma história coletiva específica que quer ver representada nestas instituições, que reflete justamente a falta de relação e/ou identificação com o passado pré-colonial regional e outra o despreparo em lidar com o acervo pré-colonial. O desconhecimento em identificar, contextualizar e dar significado a este acervo auxilia no desprestígio desse e que se contrapõe a facilidade em trabalhar com o acervo histórico, do qual possuem um maior domínio.

Apesar de esses municípios terem sido colonizados por grupos distintos no período

histórico, a relação com os testemunhos do passado pré-colonial é a mesma. Não há relação, identificação e apropriação para patrimonialização desse acervo.

Outro ponto de destaque, na análise das instituições visitadas é que mesmo tendo se emancipado, ou melhor dizendo, adquirido autonomia política a muito tempo, somente na década de 1980, é que instituem seus museus. Taquari institui seu museu em 1985, Lajeado em 1982 e Arvorezinha em 1980. Taquari, é o município mãe da região do Vale do Taquari, tendo sua emancipação em 1849. Lajeado emancipa-se em 1891 e Arvorezinha em 1959.

Conforme Santos (2004), estes municípios seguiram uma tendencia mundial e de outras regiões do Brasil, onde nas últimas quatro décadas do século XX, foram criados cerca dos 82% dos museus existentes. Sendo que a maior parte deles é criada na década de 1980. Isto segundo o mesmo autor ocorre devido a uma demanda local de preservação, uma necessidade de preservação das memórias locais. Outro fator é a mudança no olhar para com os museus que passam a atrair investimentos e visitantes, abrindo novas portas ao turismo.

É preciso também levar em consideração o processo histórico de cada região, mas as políticas locais influenciadas pelo contexto nacional de valorização dessas instituições tem papel fundamental para criação desses novos espaços. Destaca-se ainda, o museu como forma de registro da atuação de determinado executivo nos municípios, que ficam perpetuados na história de cada instituição, sem no entanto terem estrutura adequada para cumprirem seu papel. Bem como, esses museu municipais são criados pelas esferas políticas, de “cima para baixo” e não criados com participação da comunidades, por isso também a dificuldade de se criarem laços entre ambos.

Cabe as novas gestões, seguindo as políticas nacionais da cultura que seguem uma tendencia crescente de valorização dessa temática, principalmente após década de 1980, a tarefa de readequarem estes espaços, com apoio das legislações específicas sobre o assunto, garantido assim a valorização da diversidade do acervo que possuem e não de apenas um segmento.

4.2 Patrimônio arqueológico pré-colonial do presente para o futuro

Como já exposto ao longo desse trabalho, o acervo arqueológico pré-colonial, é visto como patrimônio nacional desde as primeiras legislações sobre esta temática. Tessitore (2003, p.11), já colocava que a,

“experiência humana, em sua imensa diversidade, tem produzido e acumulado um grande número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para que cada pessoa, segmento social ou instituição construa sua identidade e defina sua atuação, individual ou coletiva, na sociedade em que vive”.

E o material pré-colonial é exatamente isto, testemunho que indica o caminho trilhado pela humanidade e que possibilita seu conhecimento e reavaliação. Por isso a necessidade de sua preservação, conjuntamente com os outros testemunhos tanto materiais quanto imateriais.

É preciso considerar que a subjetividade humana não nos permite podermos somente preservar determinado tipo de testemunho, pois no futuro o que vai ser considerado patrimônio pode ser algo totalmente diferente das tendências contemporâneas. Deste modo apoiar a preservação de múltiplos acervos, patrimônios e instituições é fundamental, desde que com objetivos claros e seguindo metodologias adequadas.

Segundo Silva (2008b), o conceito de patrimônio está intimamente relacionado ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Todas as manifestações materiais de cultura, frutos das ações humanas, têm sua existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas manifestações materiais acabam por desaparecer, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras no entanto sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais.

Por meio da própria dinâmica da existência, destes objetos e pela sua permanência no tempo, eles são reformulados e reinterpretados no presente. Assim,

aquilo que é ou não é patrimônio, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação

social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. (...) É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos de nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo (SILVA, 2008b, p?).

Em relação ao patrimônio pré-colonial, o laço de identificação com a comunidade contemporânea é tênue. Não há o sentimento de pertença e a legitimação em busca de um sentimento de identidade coletiva. Este sentimento seria mais forte ou fácil de adquirir pelos descendentes desses grupos que produziram esses objetos e que se encontram nos museus, mas eles não freqüentam estes espaços. Como já exposto, estes objetos despertam na comunidade que visita os museus, um sentimento de curiosidade e de auto afirmação de um passado que não lhes pertence e que reforça, em outro sentido a identificação mais acentuada com seu passado europeu.

Neste contexto, os materiais pré-coloniais apresentam uma característica comum, que os une nestes lugares de memória, a “estratigrafia do abandono”, que os “sufoca e fossiliza, enquanto manifestação da nossa memória cultural. Esta estratigrafia do abandono é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua inserção no terreno das memórias exiladas” (BRUNO, 1999, p.23).

Em outras palavras, isto implica dizer que as coleções arqueológicas quando inseridas no contexto dos acervos museológicos se mostram pouco articuladas com outros conjuntos patrimoniais, o que revela então camadas de relações que foram estabelecidas para com estes artefatos e evidencia um processo que destaca o isolamento e o esquecimento dos objetos arqueológicos enquanto elementos constituintes das memórias locais, regionais ou nacionais – daí porque serem memórias exiladas. De uma maneira mais ampla, podemos enxergar a formação dessa estratificação a partir do período vinculado à obra colonizadora, desde esta época já pode ser percebida uma estrutura que arregimentou valores e definiu objetos e objetivos nas terras conquistadas, incitando assim um desapego ao passado nativo. Um exemplo disto pode ser notado na subjugação da oralidade e da “artefatualidade” nativas em favor das letras e da cultura material européia (SILVA, 2008a, p.15).

Outro fator envolvido nesse processo é que, segundo Silva (2008a), mesmo havendo

um avanço nas pesquisas arqueológicas no país, seus resultados não foram usados para construção da identidade nacional. Assim o desconhecimento sobre o passado e a herança desses grupos contribuíram para seu desprestígio. Além de que em alguns casos a associação ao elemento indígena dificulta o reconhecimento dos bens arqueológicos como parte integrante do nosso patrimônio.

A postura dos profissionais que trabalham com arqueologia, em relação aos acervos museais também auxilia na manutenção desse distanciamento. Tendo em vista que para alguns “as coleções arqueológicas presentes em museus não são consideradas patrimônio arqueológico, isto porque para vários pesquisadores o conceito de patrimônio arqueológico está restrito ao que é encontrado nos sítios arqueológicos e que é, portanto, passível de escavação” (SILVA, 2008a, p.17).

Como já abordado, anteriormente o patrimônio arqueológico esteve presente desde os primórdios das discussões sobre o patrimônio nacional e esteve também sempre presente nas coleções/acervos dos primeiros museus brasileiros, deste modo não há como discutir somente arqueologia e não falar do campo da museologia. A interação entre esses dois campos, é fundamental e denominada de Musealização da Arqueologia, na qual,

a Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da arqueologia (BRUNO, 1999, p.130).

Os museus, e exposições deveriam ser um meio a mais de desmistificar o passado pré-colonial, arqueologia e museologia, trabalhando juntas para evitar o tratamento inadequado destas coleções. Pois muito antes de a arqueologia institucionalizar-se era para estas instituições que as pessoas levavam suas doações e mesmo carente de informações são registros testemunhos que não devem ser ignorados ou excluídos do processo de construção do cenário de ocupação pré-colonial. É preciso chamar a atenção para estes acervos que os museus possuem, para seu potencial e para que sejam valorizados como fonte de informação.

Se a criação de museus brasileiros no século XIX representa de certa forma o

nascimento da arqueologia enquanto ciência no país, este momento também pode ser visto como um condicionante a mais no quadro de desprestígio das coleções arqueológicas em relação a outros elementos, ligados às ciências naturais ou a etnografia. Se por um lado, demonstra um olhar naturalista para os bens arqueológicos, por outro, define o papel de coadjuvante que as coleções referentes ao passado pré-colonial têm ocupado no cenário museológico nacional (SILVA, 2008a; BRUNO, 1999).

Os museus normalmente são marcados pela forte presença da administração pública, o que ocorre também nos três espaços visitados neste estudo. A presença e influência da administração pública traz à tona e procura deixar em evidência uma identidade regionalizada e local que valoriza aspectos do passado que estão firmemente atrelados em uma historiografia factual. As exposições e forma de distribuição dos objetos no espaço museal demonstram exatamente isto, e é neste processo que as fontes arqueológicas, apesar de serem expressivas e até conhecidas, acabam por ocupar espaços diminutos (SILVA, 2008a).

Sendo assim é preciso que ainda ajam transformações no campo dos museus, pois apesar de todas por quais passou ao longo do século XX, “sua multiplicação em diversos países do mundo e, principalmente, a abrangência praticamente ilimitada de objetos que engloba indicam que ele é um dos lugares-chave para se entender as sociedades modernas e a forma pela qual elas se fazem representar” (BREFE, 1998, p.135 *apud* SILVA, 2008a, p.39).

Dessa forma será possível modificar a visão dos brasileiros em não se relacionar com os bens arqueológicos como parte de suas memórias, o que é também causa, ou efeito, do fato de que “a produção em arqueologia tem ficado, em geral, circunscrita à divulgação e conhecimento entre pares” (BRUNO, 2005, p.237)

Outro fator que relegou ao acervo arqueológico um papel coadjuvante nos espaços museais foi que diversas universidades abrigaram ou criaram instituições arqueológicas. E este envolvimento com a universidade ou pelo mundo universitário, que academizou o estudo do passado pré-colonial, negou ao museu também instituição de pesquisa, condições e credibilidade de desenvolver este trabalho (BRUNO, 1999).

Segundo Cândido (2004, *apud* Silva, 2008a), o dilema de explicar o resultado das pesquisas arqueológicas ao público em geral tem sido uma preocupação que integra debates recentes na arqueologia. Assim, neste sentido, a arqueologia se integra a museologia, visando

devolver à sociedade o conhecimento produzido a partir do trabalho arqueológico.

Dessa maneira, podemos dizer que na contemporaneidade tanto a museologia quanto a arqueologia têm percebido que o patrimônio só passa a ser uma herança quando as pessoas passam a apropriá-lo na sua realidade cotidiana, dessa apropriação e da consciência acerca desta herança é que resulta em última instância a preservação do patrimônio. [...] Contudo, ressalta-se o fato de que, uma vez os objetos estando em um museu, eles adquirem novas significações, seja por meio de um discurso construído, ou através das características que envolvem o gerenciamento destes (SILVA, 2008a, p.52-52).

Sendo assim, fica evidenciado, onde e quando, essas fontes são ou não convertidas em referência cultural, e também onde ocorre a formação das conjunturas que configuram a estratigrafia do abandono. “Isto é, surgem situações em meio às quais o patrimônio arqueológico fica isolado e sem se articular com outros conjuntos patrimoniais, ou seja, não proporciona informações e não contribui para a formação das identidades” (SILVA, 2008a, p.150).

A questão acima, esta diretamente relacionada com o que Costa, em seus artigos “Museus, pontes entre gerações” (2010a), e “Ação social e desenvolvimento humano no espaço do museu” (2010b) já perguntava,

[...] por que o público não frequenta museus? O que será que torna essa visita enfadonha, cansativa e até mesmo rejeitada, tanto por um público leigo quanto por pessoas com bom nível de escolaridade, que, a princípio supõe-se terem estudado História e adquirido uma compreensão do valor desse estudo para sua vida cotidiana?(2010a) e

[...] os museus que preservam, como fiéis guardiões, uma parcela da cultura e do espaço onde essa cultura se desenvolve ou desenvolveu, precisa se perguntar constantemente: para quem se guardam coleções e para quem? Quem tirará proveito delas? Com qual sociedade se estará contribuindo ao preservarmos o patrimônio cultural ali exposto?(2010b)

Segundo a mesma autora (2010a), por meio de entrevistas realizadas foi possível identificar, “problemas” comuns e que respondem a estas indagações em várias instituições e também estão presentes nos museus selecionados do Vale do Taquari/RS. Extraímos alguns exemplos que melhor se enquadram nas situações encontradas nos três espaços visitados no Vale do Taquari/RS.

Em relação as exposições e os textos que as compõem, os textos quando existem, apresentam um “jargão científico” que dificulta a compreensão do público, em geral. Sobre as

informações presentes nas instituições, em contraponto ao apresentado pela autora, que coloca que as instituições visitadas por ela apresentavam grande quantidade de informação escrita, obrigando o visitante a passar mais tempo no exercício da leitura do que exercitando o olhar e os demais sentidos, os espaços visitados no Vale do Taquari/RS, não apresentam mínima informação sobre as peças, o que deixa as peças soltas, sem contexto, reforçando sua condição de peças exótica e a excentricidade dos objetos (COSTA, 2010a)

Ainda em relação as exposições, assim como os espaços visitados por Costa (2010a), os museus do Vale do Taquari/RS apresentam “extrema horizontalidade das salas de exposição”, isto em se tratando desde a forma da exposição até o discurso usado na parte textual. Outro fator prejudicial ao interesse do público é falta de interatividade nas exposições, assim como a permanência de exposições de longa duração em todos as salas dos museus, “sem que haja possibilidade de se promover atrações expositivas em espaços de tempo mais curtos”. A autora ainda acrescenta que o distanciamento e falta de dialogo entre os responsáveis pela montagem das exposições faz com que, “em geral, os museus pareçam espaços frios, pouco aconchegantes e sem emoção”.

Arévalo (2010), também auxilia na tentativa de se responder as questões propostas. Pois ao se pensar o acervo museal e especificamente o arqueológico e lançar a pergunta, patrimônio para quem? É preciso levar em consideração,

[...] a necessidade da ritualização de uma memória e como este processo necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. [...] A afirmativa de que não existe mais memória, que esta só é revivida e ritualizada numa tentativa de identificação por parte dos indivíduos e que a sociedade utiliza-se hoje da história para lhe conferir lugares onde pode pensar que não somos feitos de **esquecimentos**, mas, de **lembranças** (ARÉVALO, 2010, p.2).

Segundo a mesma autora, na modernidade o ser humano percebeu que o passado não deve servir somente como um “livro de exemplos”, e que o presente não pode ser encarado como o tempo “do novo” e complementando do descarte do passado. Parece que a sociedade de massas visa sempre estar em ruptura com o passado, no entanto a necessidade da memória, como laço de identidade, faz com que o passado seja constantemente revisitado.

Assim o apelo que a sociedade contemporânea faz para a preservação de sua

memória pode ser entendido como uma necessidade de reconstituição de si mesma, “encarada como algo formado do passado para o presente, por isso, preservar vestígios, trilhas, fósseis, etc.[...] A sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um significado que não lhe é mais inteligível” (ARÉVALO, 2010, p.4).

Para Arévalo (2010, p.5), esta revisitação, reconstituição e apelo para a preservação da memória, “faz parte de sua ideia de que os lugares de memória se configuram essencialmente ao serem espaço onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança, tradicional meio de acesso a esta”.

Segundo Arévalo (2010, p.6-7), fazendo uso do que foi dito por Nora (1993),

os lugares de memória são espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com esses espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos: "a atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente".

O exposto acima é uma questão crucial, para identificação de quem é herdeiro do patrimônio nos Lugares de memória, pois só será preservado se houver apropriação desses espaços pela sociedade visando a construção e fortalecimento de suas identidades.

Isto demonstra que, mais do que a necessidade de manutenção de um local é preciso que haja mobilização em torno dele e apropriação pelos grupos sociais do seu entorno e seus visitantes, para que por meio deste espaço possam continuar a trilhar seu caminho na sua constante busca de autolegitimação para a ação política.

Assim, segundo Arévalo (2010, p.11-12), a sociedade busca e usa os lugares de memória como uma ferramenta para tornar-se agente de seu tempo.

No entanto, para Nora, os lugares de memória são essencialmente meios, meio de acesso a uma memória, que não é memória, é história, porque esta reconstituída através de vestígios e, mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea, como queria Hallbwachs. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente.

Com o apresentado acima é possível responder de certa forma e nunca

generalizando, que o acervo arqueológico nos três Lugares de Memória do Vale do Taquari, é patrimônio para os agentes históricos do futuro que diferente dos do presente, por meio da readequação dos espaços museais e das políticas e ações de educação patrimonial serão capazes de se apropriar deste patrimônio.

No entanto é preciso destacar que em nenhum museu visitado do Vale do Taquari/RS, há um museólogo responsável. Os profissionais que atuam nestes espaços, são ligados a área de História e buscam sua qualificação junto ao Sistema Estadual de Museus e/ou outros cursos de extensão.

Outro fator é que os três espaços visitados, refletem ainda os primórdios das instituições museais. São gabinetes de curiosidades, aglomerado de peças descontextualizadas e apesar de os profissionais que atuam, saberem o ideal de museu e buscarem sua adequação, esbarram nas estruturas administrativas, onde a cultura esta longe de ser prioridade. O orçamento da cultura onde os museus estão ligados, voltam-se muito mais a promoção de eventos, como festas, teatros e shows, do que readequação dos museus e qualificação destes espaços e seus profissionais.

O que ocasiona esta situação de desprestígio, não é somente o escasso orçamento e a escolha de prioridades, mas sim, o despreparo dos administradores municipais, aqui englobando executivo e legislativo.

É preciso fazer com que os administradores, não vejam os museus somente como espaços de propaganda política, e produtos de turismo, mas sim locais de preservação e referencia da história e da identidade da comunidade. E mais do que isso, que o acervo do museu e o museu em si sejam entendidos como patrimônio deste município. Pois agir, visando somente um fim econômico, mesmo que indireto por meio do turismo, é não valorizar as reais funções do museu. Turismo e patrimônio podem e devem andar juntos, mas não um sendo usado somente como meio para se atingir o outro.

Para se chegar a este fim, considerado ideal, de espaço de pesquisa, referencia e preservação é preciso educar tanto a comunidade quanto seus representantes.

Costa (2010a), expõe que,

Por parte dos visitantes de instituições culturais, a exemplo dos museus, também se percebe a lacuna cultural existente na formação de base, o que os impede de

estabelecer um elo de ligação entre o conhecimento adquirido na escola formal e na vida cotidiana, com as coleções que estão sendo estudadas e apresentadas nos museus.

A autora coloca que ao refletir sobre as entrevistas percebeu que os museus só serão pontes entre as gerações quando os profissionais que neles atuam procurarem,

resgatar a função primeira, aquela do Templo das Musas, onde a história, a memória, a estética e a poesia caminhavam de mãos dadas construindo a vida; onde os cidadãos eram seduzidos pela beleza, entusiasmados pela criação e estimulados a se tornarem criadores de sua própria história, pois ao fazê-lo estariam construindo a História e a Memória de seu país, de sua região, de sua comunidade (COSTA, 2010a).

Segundo Costa (2010a), os visitantes entrevistados demonstraram que mais que aprender nestes espaços, buscavam sentir, reviver, buscavam vida.

Os museus, instituições culturais, educativas, científicas, são espaços onde circula a vida e cotidianamente passam por mudanças, se transformam e ampliam os horizontes do conhecimento, pois cada objeto, móvel ou imóvel, está interligado ao fazer humano, às descobertas científicas, artísticas, históricas, arqueológicas para citar apenas algumas e assim o espaço interno é rico, híbrido, interdisciplinar, estético, transbordante.

Isso significa que as coleções dos museus, ao serem compreendidas como objetos de vida cotidiana, mostram as faces e as almas dos seres humanos, seja a dos que construíram aqueles determinados objetos, seja a dos que deram usos diversos a eles, seja a dos pesquisadores que desvelam os mistérios e segredos de cada peça estudada. E cada um desses seres, em tempos históricos precisos ou menos exatos, imprimiram suas marcas culturais e sociais nos objetos produzidos, imprimiram até mesmo as características espaciais dos territórios onde viviam, tal como se fosse possível obter-se uma genética do espaço, um senso do lugar ou território, do qual um gene possa ser isolado para estudo e que torna único o objeto que retém essa energia do ser e do espaço conjuntamente impregnada (COSTA, 2010b)

Arévalo (2010, p.1), nesta mesma linha de abordagem, entende o Museu, enquanto espaço veiculador da memória, o que permite sua inserção categoria "lugares de memória" onde o espaço físico (material) serve de "suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial)". Assim o Museu entendido como espaço portador de um bem imaterial é também e deve ser espaço de histórias de vidas.

Estas colocações são fundamentais para refletir sobre o papel dos museus em geral, mas principalmente dos três museus municipais analisados, que estão longe de possuir esta interação e interdisciplinariedade, capaz de fazer os museus serem realmente espaços de

ligação identitária, educação, pesquisa, patrimônio e sentimento, sendo então por meio deles possível despertar a apropriação, neste caso principalmente do acervo arqueológico pré-colonial, pelas comunidades e agentes do presente e não só do futuro.

CONCLUSÃO

A região geopolítica do Vale do Taquari, assim como todo território nacional, passou por um longo processo de ocupação humana e transformação do seu ambiente. Cada grupo humano no seu tempo deixou marcas tanto em aspectos físicos e materiais, quanto imateriais.

As populações pré-coloniais, deixaram por exemplo evidências de sua passagem por meio dos objetos de uso cotidiano encontrados por toda região. Os colonizadores europeus que desde o século XVII, começam a passar pelo que se tornaria a região do Vale do Taquari, também deixaram marcas de sua passagem, porém é a partir da efetivação da ocupação, por meio de sesmarias e posteriormente com a vinda dos imigrantes, principalmente alemães e italianos que as transformações ficam mais evidentes.

Os costumes, estilo de construção das moradias, os utensílios domésticos e de trabalho, são características marcantes na região. E cada uma das três instituições selecionadas, localiza-se em um município que representa um grupo diferente que ocupou a região foco de estudo.

O município de Arvorezinha na região norte do Vale do Taquari, com características da região de Serra, apresenta possibilidades da ocupação pré-colonial por grupos de caçadores e coletores, os construtores das casas subterrâneas, bem como em período posterior nas margens das pequenas planícies de grupos horticultores. Já a partir do século XIX, a colonização efetiva-se pelos imigrantes italianos.

O município de Lajeado, que localiza-se em uma região intermediária ou central do Vale do Taquari, geograficamente falando, apresenta extensas planícies características da depressão central do Estado e morros de baixa altitude, mas também semelhanças com a região da Serra. No período pré-colônias seu território foi intensamente ocupado pelos grupos horticultores e no período colonial, principalmente no século XIX, por imigrantes alemães.

O município de Taquari, ao sul do Vale do Taquari, representado por extensas planícies, possibilitou a ocupação dos grupos horticultores, bem como no período colonial, foi a porta de entrada para os portugueses, cujas características predominam no município.

Esta configuração geográfica e de ocupação populacional, criou uma característica identitária para o Vale do Taquari, onde há a supervalorização do período colonial e das heranças desse contexto. Percebe-se a negação do passado nativo e escravo em contraponto ao passado imigrante, visto como precursor do progresso e desenvolvimento.

Interessante lembrar que esse desprestígio em relação ao acervo pré-colonial é também fruto do ensino formal de história que continua apresentando a pré-história como uma etapa do processo evolutivo da humanidade. E isso reflete-se, no espaço expositivo dos museus municipais lugares de memória, nos quais os objetos testemunhos do passado imigrante, estão melhor contextualizados em relação as evidências do período pré-colonial, tidas como objetos de curiosidade e exóticas.

Os três municípios citados, constituíram seus Lugares de Memória, seus Museus, na década de 1980, impulsionados pelo contexto nacional de valorização da cultura por meio dessas instituições. A instalação desses museus, apesar de seguir a tendência regional e nacional, ficou marcada pela inadequação desses espaços que foram criados sem estrutura e condições de cumprirem seu papel. Foram atitudes administrativas que usaram estas instituições como marca de governo, como se cada município tivesse que ter um museu e sua criação bastasse, mesmo sem a base para seu adequado funcionamento.

Essas atitudes, legaram para o tempo presente instituições que necessitam ocupar seu tempo readequando-se, consertando erros passados. Em vez de seguirem novas tendências, estão sempre um passo atrás.

O principal objetivo desse trabalho, foi identificar o tratamento dispensado ao patrimônio arqueológico nos três museus municipais selecionados. Pode-se inferir, que o que acontece nessas três instituições visitadas, reflete o que ocorre nos demais museus do Vale do Taquari, no entanto essa afirmação só poderá ser comprovada com a verificação em cada espaço museal existente.

Destaco que os problemas diagnosticados e apresentados nesta dissertação não devem ser vistos somente como críticas negativas, mas sim como um instrumento para

fundamentar as ações e políticas futuras de reformulação e readequação destes espaços.

Reforço que assim como os problemas não foram causados por somente uma pessoa, mas sim influenciados pelo contexto e pelas esferas públicas superiores, as transformações também não serão possíveis por iniciativas individuais. É necessário engajamento na busca pela qualificação.

Sabe-se que nem sempre é possível propiciar, a participação em cursos e oficinas para a equipe que atua nos Museus, pois isto demanda a ausência do local de trabalho, deste modo a contratação de assessoria técnica, que se desloca até a instituição, supre esta carência. Como tem acontecido em outros setores da sociedade, a parceria com as instituições de ensino, que possuem profissionais com experiência na área apresenta-se como uma saída, que trás resultados satisfatórios para ambos os lados e é estimulada pelo próprio Estatuto de Museus (11.904/2009).

Um dos caminhos nesse sentido é a realização de um diagnóstico completo sobre sua instituição, para identificar os problemas e buscar soluções. Esse passo é a base para construção do Plano Museológico do Museu, que, além de ser uma exigência legal, como já exposto, é o guia para o dia-a-dia desses espaços.

Outro fator importante nos Museus é o cadastro e o constante contato com os órgãos regulamentadores, como o Sistema Estadual de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, que dão subsídios para o bom funcionamento das instituições, além de oferecerem cursos de capacitação. No entanto, a participação em cursos e oficinas não devem girar somente em torno daqueles que tratam das questões práticas de conservação e exposição, mas permitir o aprofundamento ao conhecimento sobre o acervo existente nas instituições.

Neste sentido, uma sugestão é participar de palestras, por exemplo, sobre a pré-história e história regional, possibilitando a contextualização adequada do acervo em exposição, levando-se em consideração as especificidades regionais, pois, tão importante quanto identificar a peça é dar sentido a ela.

Outro exemplo, é a participação em atividades de Educação Patrimonial, que visam preparar as pessoas para o entendimento das possibilidades de conhecimento por meio dos diferentes patrimônios, incluindo os acervos que estão nos Museus. A educação para o patrimônio não se restringe as equipes que trabalham nos museus, mas sim a toda comunidade

e seus representantes políticos

As administrações públicas juntamente com suas secretarias de cultura e os museus municipais podem e devem, buscar via Sistema Estadual de Museus ou em parceria com outras instituições, sejam elas de ensino ou congêneres, a readequação de seus Lugares de Memória.

Percebeu-se com este trabalho, que o patrimônio existente nesses museus, precisa ser valorizado não só pelas equipes que trabalham nessas instituições, visando a disseminação do conhecimento do passado regional pré-colonial e a construção de uma identidade regional ligada a esse passado, que o valorize enquanto seu. Bem como pelos pesquisadores da arqueologia, que podem e devem usar estes testemunhos como fontes de informação para construção do cenário de ocupação pré-colonial e não só os resultantes das escavações. Os testemunhos tanto de escavação quanto de doações, mesmo sem muitas informações, podem se complementar.

Se não houver transformação no olhar dos arqueólogos e mudanças na metodologia de trabalho aplicadas nesses instituições, seguindo as novas tendências da museologia, o patrimônio arqueológico permanecerá adormecido nesses espaços e a comunidade não será capaz de se apropriar deles.

É preciso melhorar o preparo das equipes, que atuam nestes espaços para lidar com a tipologia do acervo existente, que foi legado pelo recebimento descontrolado e inadequado de doações. O profissional que atua, deve saber trabalhar igualmente com a diversidade de testemunhos e conseqüentemente de grupos representados, para comunicar e educar, sem desprestigiar um em relação ao outro.

Assim, pode-se inferir que permanecendo o tratamento existente, o patrimônio arqueológico só será realmente apropriado no futuro, quando as ações de educação para o patrimônio, que visam demonstrar e valorizar a diversidade cultural, fizerem efeito.

REFERÊNCIAS

Legislação

ARVOREZINHA. Lei n. 480 de 07 de outubro de 1980. Cria o Museu Histórico do Município e dá outras providências. Arvorezinha, 1980.

LAJEADO. Decreto nº 1.968 de 05 de abril de 1982. Cria o Museu de Lajeado e dá outras providências. Lajeado, 1982

Legislação em meio eletrônico:

BRASIL. República Federativa do. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suerg/Dec-lei25-37.pdf>. Acesso em 12 out. 2009.

RECOMENDAÇÃO de Nova Dehli, de 1956. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura 9ª Sessão de 5 de dezembro de 1956 UNESCO – Nova Delhi. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=234>. Acesso em 28 jul. 2009.

BRASIL. República Federativa do. Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=203>. Acesso em 11 out. 2009.

BRASIL. República Federativa do. Constituição (1988). Constituição da República Federativa

do Brasil: Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II Da Cultura, artigo 215 e 216. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 12 out. 2009.

BRASIL. República Federativa do. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Portaria n. 7, de 01 de Dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=319>. Acesso em 28 jul. 2009.

CARTA de Lausanne (1990). Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS. Dispõe sobre a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>. Acesso em 28 jul 2009.

BRASIL. República Federativa do. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Portaria nº 230, de 17 de Dezembro de 2002. Estabelece os procedimentos para obtenção das licenças ambientais em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>. Acesso em 28 jul 2009.

BRASIL. República Federativa do. Lei n. 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 12 out. 2009.

Documentos

Livro de registro de peças do Setor de Arqueologia, Museu de Ciências Naturais da Univates

(2010).

Bibliografia:

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do taquari, Rio Grande do sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n.1, 2001, p.49-91.

BELLAIGUE, Mathilde. **O desafio museológico**. Conferência apresentada durante o V Fórum de museologia do nordeste em Salvador, 1992.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. In: **Revista Ciência e Letras** 31. POA: FAPA, 2002.

BOSI, Alfredo. **Cultura como Tradição**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRUNO, Maria Cristina. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. n. 31. Brasília: IPHAN, 2005.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. In: **Cadernos de sociomuseologia**. n.10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997.

BRUNO, Maria Cristina. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. In: **Cadernos de sociomuseologia**. n.17. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº23, 1994.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memória**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2006.

CARVALHO, Vera Regina F. Da ilha de Açores à freguesia de taquari: uma trajetória dos imigrantes açorianos no continente do Rio Grande. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 9, n.1, 2002, p.39-57.

CHAGAS, Mário de Souza . Memória e poder: Dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000. n.19.

- CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed.UNESP, 2001.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2. (Coleção História geral do Rio Grande do sul). p.279-300
- DODEBEI, Vera L. D. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria T. T. B; MORAES, Nilson A. De (Orgs.). **Memória e construções de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- ECKHARDT, Rafael Rodrigo. **Zoneamento ambiental do Vale do Taquari**. 2005. f. Monografia (Bacharelado em Biologia) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2005.
- FARIA, Octavio Augusto de. **Monografia do município de Taquari**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.
- FRANÇA, Alceu Gehlen; SANSON, Ida Michelin. **Monografia do município de Arvorezinha**. Arvorezinha: [?], 197?
- FIEGENBAUM, Jones. **Os artesãos da pré-história do Vale do Taquari e sua cultura material**. 2006. 84f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2006.
- FIEGENBAUM, Jones. **Um assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 2009, 219f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2009.
- FIEGENBAUM, Jones; ZANON, Latícia; DARDE, Clara Dalpian; MACHADO, Neli T. G. História e patrimônio: um projeto para o futuro. In: **Anais do IX Encontro sobre investigação na escola**. Cdrom. Lajeado: Ed. Univates, 17 e 18 Jul 2009.
- GARCIA, Marco Aurélio. **Cultura e Política Cultural**. ZH, 29 set 2002.
- GIRON, Loraine . Imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **RS: Imigração & Colonização**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. (Série Documenta 4). p. 47-66.
- GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda, os discursos do patrimônio cultural no**

Brasil. RJ: Ed. UFRJ/Minc – IPHAN, 1996.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-grandense.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.p.9-22, 115-129 e 145-149.

HERRLEIN JR, Ronaldo. Tráfico mercantil, expropriação e escravidão do indígena: o Vale do Taquari no anos de 1500 a 1737. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n.2, 1998, p.65-103.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Tradução de Sérgio Alcides. RJ: Aeroplano Editora, 2000.

JACOBUS, André Luiz. Alimentos usados pelo homem pré-histórico. **Documentos 05**, 2ª edição São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, p.150-164, 2006.

JUNIOR, Valdeci dos Santos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. **Mneme** - Revista de Humanidades - Caicó, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005.

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes indígenas.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul.** 2008. 128f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. p.71

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Caçadores coletores: a problemática arqueológica e ambiental sobre os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul. **Revista do CEPA.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 23, n. 30, p. 7-56, 1999.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: **História Oral** – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, junho de 2000, p. 109-116.

NOGUEIRA, Marly. Considerações acerca do conceito de lugar geográfico: a singularidade socialmente produzida. In: _____. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar**

- na rede urbana de Minas Gerais. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2003. (Tese de doutorado)
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.p.7-28.
- PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p.15-67.
- PAES, Marilena L. **Órgãos de Documentação**. In: Arquivo Teoria e Prática. [s.d]. p.1-3
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. In: **ENSAIOS FEE** (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser). Porto Alegre, RS – Brasil, 1980.
- _____. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (org.) **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 177-213.
- POLÍTICA Nacional de Museus- **Memória e cidadania**. Maio 2003.
- SANT'ANA, Elma. **Arvorezinha na linha do tempo: 50 anos**. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I: Povoamento-Colonizacao-Historia política**. Lajeado, RS: Prefeitura Municipal, 1992.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio;. **Documentos 5**. 2 ed. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2006.
- SCHNEIDER, Patrícia, MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Relação entre os descendentes de imigrantes germânicos do Vale do Taquari - RS e a cultura material pré-colonial**. Cruz Alta: Revista História Unicruz, v.6, p.140 - 145, 2005.
- SCHNEIDER, Patrícia. **Cozer, guardar e servir: a cultura material do cotidiano no sítio pré-colonial RS T 101 - Marques de Souza/RS**. 2008. 75f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.
- SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP, 2008a. (Dissertação)
- SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REICHEL, Heloisa J. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Colônia**. v. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52p. (Projeto como fazer, 09)

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Textos online

ALVES, Eliege Moura. **Uma presença invisível, escravos em terras alemãs**. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/21.pdf>. Acesso em 25 jan. 2010.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62. Acesso em 10 ago. 2010.

BATISTA, Cláudio M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do Turismo Cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol.5, nº 3, 2005.

BDR – Banco de Dados Regional Vale do Taquari. Disponível em: http://www.univates.br/files/files/univates//bdr/Perfil_VT_04_ABR_2009.pdf. Acesso em 16 maio 2009.

COSTA, Heloisa Helena F. Gonçalves da. **Museus, pontes entre gerações**. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5985>. Acesso em 10 ago 2010a.

COSTA, Heloisa Helena F. Gonçalves da. **Ação social e desenvolvimento humano no espaço do museu**. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=16576>. Acesso em 10 ago. 2010b.

DICIONÁRIO de Estrela. Disponível em: http://www.estrela-rs.com.br/dicionario_estrela.pdf. Acesso em 04 fev. 2010.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. [s.d] Disponível em: http://www.museus.gov.br/downloads/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf. Acesso em 05 abr

2009.

HISTÓRIA de Arvorezinha. Disponível em: <http://www.arvorezinhars.com.br/site/municipio.php#historia>. Acesso em 23 out. 2009.

HISTÓRIA: Memórias do Vale. Disponível em: http://www.informativo.com.br/w2w_portal/interna.php?EDA=165&NID=13392. Acesso em 04 fev. 2010.

HISTÓRICO de Taquari. Disponível em: <http://www.taquari-rs.com.br/site/historico.html>. Acesso em 08 fev. 2010.

LINO, Jaisson Teixeira. **Escritas da Arqueologia Guarani no Sul do Brasil**. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=32>. Acesso em 30 jul. 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Arquivos pessoais, nº 21 – 1998/1. CPDOC. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf. p.83-103.

MUSEU Histórico Bruno Born. Disponível em: <http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=turismo.php>. Acesso em 23 out.2009a.

MUSEU garante preservação de uma história. O Informativo. Variedades. Lajeado, 23 out. 2009b. ANO 39, p.30-31.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e política cultural. **RBCS** Vol. 19 nº. 55 junho/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n55/a04v1955.pdf>. Acesso em 05 abr 2009.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural**. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/peralta.html>. Acesso em 31 jul. 2008b.

REZNIK, Luís. **Qual o lugar da História local?** Comunicação realizada no V Taller Internacional de Historia Regional y Local. Havana/ Cuba, 2002. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf. Acesso em 14 ago. 2007.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A escravidão na colônia alemã** (São Leopoldo – primeira

metade do século XIX). Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a3.pdf>. Acesso em 25 jan. 2010.

Fonte imagens:

Museu particular de Francesco Calceolari e Museu particular de Ferrante Imperato. Disponível em: <http://www.zymoglyphic.org/exhibits/baroquemuseums.html>. Acesso em 20 jul 2009.

Mensagens pessoais (e-mail)

CARMO, Bruna Alves do. Informações museu Taquari [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <pcissas@hotmail.com> em 2010. Anexo: Instituição.doc.

Sites:

ABM – Associação Brasileira de Museus – <http://www.museologia.org.br/>. Acesso em 20 jul. 2009.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>. Acesso em 20 jul. 2009.

Revista Museu – <http://www.revistamuseu.com.br/default.asp>. Acesso em 20 jul. 2009.

SBM – Sistema Brasileiro de Museus – <http://www.museus.gov.br/agenda.htm>. Acesso em 20 jul. 2009.

Apêndice

APÊNDICE A – Diagnóstico de espaço dos museus municipais**Ficha de diagnóstico**

1. Dados da instituição

1.1 Nome:

1.2 Pessoa responsável:

1.3 Equipe:

1.4 Endereço:

1.5 Contatos (e-mail, tel.):

1.6 Data do preenchimento:

1.7 Pessoa que auxiliou no preenchimento:

1.8 Lei de Criação (conseguir cópia):

1.9 Histórico do município e da instituição, missão, etc:

2. Inventário do acervo

2.1 Total de peças:

2.2 Tipos e quantidade (Ex. Louças 32 peças)

3. Material arqueológico pré-colonial

3.1 Descrição de cada peça (Material, descrição, doador, local de procedência, local na instituição, detalhamento abaixo):

4. Espaços da instituição

4.1 Reserva técnica, descrição e fotografia:

4.2 Salas de exposição, descrição e fotografia:

4.3 Prédio, descrição e fotografia (alugado, próprio, antigo, construído especialmente, croqui com planta do prédio e distribuição do espaço)

3. Material arqueológico pré-colonial

3.1 Descrição de cada peça (Material, descrição, doador, data de recebimento, local de procedência, local na instituição):

Nº do catálogo	Material	Descrição e informações do catálogo	Nome do Doador	Data do recebimento	Local de procedência	Local na instituição